

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 082/2024  
Data: 21/08/2024



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP).....</b>	<b>4</b>
SANTOS VAI CAPACITAR TRABALHADORES QUE FAZEM TRANSPORTE DE CARGAS PARA O PORTO.....	4
EVENTO DEBATE A ATUAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO NO PORTO DE SANTOS .....	5
SANTOS ESTUDA A IMPLANTAÇÃO DE ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO NA ÁREA CONTINENTAL .....	5
<b>ME – MOVIMENTO ECONÔMICO .....</b>	<b>6</b>
LEILÃO DE ÁREAS VAI REFORÇAR LIGAÇÃO DO PORTO DO RECIFE COM INDÚSTRIA CERVEJEIRA .....	6
ORIZON AMPLIA PRESENÇA NO NE E INVESTE R\$ 10 MI EM ATERRO NO OESTE POTIGUAR .....	8
ESCASSEZ DE ENERGIA PODE ANTECIPAR ATIVAÇÃO DA TERMOPERNAMBUCO .....	9
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....</b>	<b>11</b>
INVESTIMENTOS - MPOR REALIZA ARRENDAMENTO DE CINCO ÁREAS PORTUÁRIAS EM LEILÃO NA B3 .....	11
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF .....</b>	<b>11</b>
TRÂNSITO - SENATRAN DIVULGA RANKING QUE DESTACA ESTADOS CAMPEÕES EM ENVIO DE DADOS SOBRE OCORRÊNCIAS NAS VIAS BRASILEIRAS .....	11
ÍMPORTANTE ROTA DE ESCOAMENTO AGRÍCOLA, BR-158/GO TEM 85 QUILOMETROS REVITALIZADOS EM JATAÍ .....	12
TRANSPARÊNCIA - "PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA, ALCANÇAMOS 100% DE CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA DA CGU" DESTACA RENAN FILHO .....	13
TRÂNSITO - TEM PENDÊNCIAS COM SEU VEÍCULO NO RS? COMEÇA A VALER NOVO CALENDÁRIO DE PROCESSOS DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO NO ESTADO .....	14
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT .....</b>	<b>15</b>
EDITORIAL – ENERGIA SOLAR EM SÃO PAULO: UM PASSO RUMO À SUSTENTABILIDADE E AO DESENVOLVIMENTO .....	15
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	16
<i>Itajaí na expectativa.....</i>	<i>16</i>
<i>Cooperaportos.....</i>	<i>16</i>
<i>Pets .....</i>	<i>16</i>
<i>Lisboa em alta.....</i>	<i>17</i>
<i>China e a mpox.....</i>	<i>17</i>
NACIONAL - GOVERNO E CGU FIRMAM ACORDO PARA COMBATER CORRUPÇÃO EM CONCESSÕES.....	17
COMÉRCIO EXTERIOR - EXPORTAÇÕES DE ARROZ EM JULHO TÊM O MELHOR RESULTADO DO ANO .....	18
NACIONAL - PRODUÇÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO SUPERA 70 MIL BARRIS POR DIA EM JUNHO .....	19
REGIÃO CENTRO-OESTE - BR-158/GO: TRECHO DE 85 QUILOMETROS É REVITALIZADO PELO DNIT.....	20
REGIÃO NORDESTE - ZPE DE PARNAÍBA RECEBERÁ R\$ 150 MI EM INVESTIMENTOS NESTE ANO.....	20
REGIÃO SUDESTE - SP VAI APOIAR MUNICÍPIOS NA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ENERGIA SOLAR .....	21
REGIÃO SUDESTE - OBRAS DO RODOANEL NORTE AVANÇAM 5% APÓS INÍCIO DA CONCESSÃO .....	22
REGIÃO SUL - NOVA ROTA AÉREA ENTRE SC E EUROPA VAI MOVIMENTAR 300 TON DE CARGAS POR MÊS .....	23
REGIÃO SUL - IMPORTAÇÃO PELOS PORTOS PARANAENSES CRESCE 49% EM JULHO.....	23
NACIONAL - 1º LEILÃO PORTUÁRIO DO ANO GERA R\$ 4,75 MI EM OUTORGAS.....	24
<b>BAHIA ECONÔMICA - BA .....</b>	<b>25</b>
NOVA PROPOSTA DA FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA PARA RENOVAR A CONCESSÃO TIRA RECURSOS DA FIOLE E DEVOLVE A SALVADOR-MINAS.....	25
SDE DIALOGA COM ENTIDADES DEDICADAS AO MICROCRÉDITO PARA PEQUENOS EMPREENDEDORES. 26	
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....</b>	<b>26</b>
CONEXÃO SOPESP – BRUNO STUPELLO, DIRETOR DE OPERAÇÕES PORTUÁRIAS DA SANTOS BRASIL DETALHA SOBRE O PROJETO DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO TECON SANTOS E COMPARTILHA AS ESTRATÉGIAS PARA TORNAR O PORTO MAIS SUSTENTÁVEL.....	26
AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATE REFORMA TRIBUTÁRIA NO SENADO FEDERAL .....	27
MOSAIC E CARGILL UNEM FORÇAS PARA PROMOVER AGRICULTURA REGENERATIVA NO BRASIL .....	27
BRASIL E MALÁSIA REALIZAM REUNIÃO PARA AMPLIAR AS RELAÇÕES TÉCNICAS E COMERCIAIS .....	28
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS .....</b>	<b>29</b>
OMAR AZIZ CITA REDE OBSOLETA E DIZ QUE MANAUS PODE TER UM COLAPSO NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA .....	29
MERCADO DE CARBONO DEVE SER VOTADO NO INÍCIO DE SETEMBRO, DIZ SENADORA .....	30
GOVERNO AMEAÇA INTERVIR NA ANEEL .....	31



<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>32</b>
COM ORÇAMENTO APERTADO, GOVERNO QUER FUNDOS DE PENSÃO DE ESTATAIS EM OBRAS DO PAC .....	32
PF PRENDE DOIS SUSPEITOS DE INVASÃO EM ESQUEMA QUE DESVIOU R\$ 15 MILHÕES DO SISTEMA DE PAGAMENTOS DO GOVERNO FEDERAL .....	34
HADDAD E LULA SE REÚNEM COM REPRESENTANTES DE FUNDO DE PENSÃO NESTA QUARTA .....	35
G20 NO BRASIL: SEMINÁRIO DISCUTE A POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA E SUSTENTABILIDADE. VEJA COMO FOI O EVENTO	36
REUNIÃO ENTRE PODERES TEVE TENSÃO ENTRE LIRA E RUI COSTA E PRESIDENTE DO STF ATUANDO COMO 'BOMBEIRO' .....	37
REFORMA TRIBUTÁRIA: COM PREVISÃO DE ALÍQUOTA DE 28%, SENADORES QUEREM REVER AUMENTO DE ITENS NA CESTA BÁSICA .....	38
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>41</b>
SETOR FINANCEIRO É PROTAGONISTA NA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA VERDE, DIZ CEO DO CITI BRASIL .....	41
TRANSPETRO PREVÊ AUMENTAR CAPACIDADE LOGÍSTICA EM 25% COM PROGRAMA DE COMPRA DE NAVIOS .....	44
ANÁLISE - ECONOMIA BRASILEIRA CRESCE, MAS PODERIA AVANÇAR MAIS E COM MAIS SEGURANÇA .....	45
AUSTRÁLIA APROVA PLANO PARA CONSTRUIR A ‘MAIOR CENTRAL DE ENERGIA SOLAR DO PLANETA’ .....	46
ARCELORMITTAL INVESTIRÁ R\$ 1,6 BILHÃO EM ENERGIA SOLAR PARA REDUZIR CUSTOS E EMISSÃO DE CO <sub>2</sub> .....	47
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>49</b>
DECRETO CRIA ESTRATÉGIA PARA MELHORAR PRÁTICAS REGULATÓRIAS E AMBIENTE DE NEGÓCIOS .....	49
SEM DISPUTA, LIQUIPORT VENCE LEILÃO DO TERMINAL REC08 POR R\$ 50 MIL; USINA PETRIBU ARREMATA O REC09 .....	50
ARGENTINA FECHA BALANÇA COMERCIAL DE JULHO COM SUPERÁVIT DE US\$ 1,5 BILHÃO .....	50
PRIMEIRA LEVA DE CONCESSÕES DE HIDROVIAS DO PAÍS ATRAI INTERESSADOS, MAS LEVANTA DÚVIDAS .....	51
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS</b> .....	<b>53</b>
LUIZ CÉSIO CAETANO É ELEITO NOVO PRESIDENTE DA FIRJAN .....	53
ANP DISPONIBILIZA BANCO DE DADOS AMBIENTAIS .....	54
HAPAG-LLOYD OBTÉM FORTE DESEMPENHO NO PRIMEIRO SEMESTRE .....	54
FIRJAN APONTA CRESCIMENTO DE 20% NO NÚMERO DE EMPREGOS NO MERCADO NAVAL NACIONAL NOS ÚLTIMOS 5 ANOS ..	55
18ª EDIÇÃO DA NAVALSHORE REÚNE LÍDERES DO SETOR PARA DISCUTIR O FUTURO DA INDÚSTRIA NAVAL .....	56
MPOR CONFIRMA REUNIÃO DO CDFMM PARA SEXTA-FEIRA (23).....	57
TRANSPETRO PRETENDE LANÇAR NOVO EDITAL DO TP25 EM DEZEMBRO .....	58
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA</b> .....	<b>58</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM .....	58



### A TRIBUNA DIGITAL (SP)

## SANTOS VAI CAPACITAR TRABALHADORES QUE FAZEM TRANSPORTE DE CARGAS PARA O PORTO

Acordo entre Prefeitura e Sindisan visa qualificar profissionais e encaminhá-los ao emprego  
Por Victor Barreto



***Caminhoneiros e outros profissionais do setor serão treinados de acordo com as exigências das transportadoras para preenchimento de vagas (Divulgação)***

A Prefeitura de Santos vai mapear o tipo de qualificação exigida para trabalhadores do setor de transporte de cargas em Santos e encaminhar possíveis candidatos para cursos gratuitos por meio de convênios com o Município. O objetivo é que os profissionais possam ter a capacitação necessária para as vagas disponíveis no mercado.

A iniciativa ocorre após a assinatura de um acordo de cooperação da Administração Municipal com o Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan). O tratado, firmado no último dia 13 e publicado no dia 15 no Diário Oficial do Município, tem validade de um ano e pretende impulsionar a empregabilidade local.

### Aproximação

De acordo com o secretário de Assuntos Portuários e Emprego de Santos, Elias Francisco da Silva Júnior, o acordo de cooperação tem como objetivo aproximar as empresas vinculadas ao Sindisan do Centro Público de Emprego e Trabalho da Cidade (Rua João Pessoa, 246, no Poupatempo do Centro).

“No Centro Público de Emprego, o trabalhador dá entrada no seguro desemprego e já fica no cadastro nacional para que a gente encaminhe para uma vaga de emprego”, esclarece.

Ainda segundo Elias Júnior, o acordo também tem o propósito de priorizar o acesso de moradores de Santos às vagas. “Hoje, Santos conta com 184 mil carteiras assinadas. O que temos observado é que a Cidade é a principal responsável pela empregabilidade da Baixada Santista, mas não necessariamente essas vagas são ocupadas por santistas”, diz ele.

O secretário ressalta que, atualmente, há concorrência com trabalhadores de todo o País pelas vagas, em função das plataformas on-line de emprego. “O que se pretende, por meio do Centro Público de Emprego, é justamente que a gente dê oportunidades primeiro para o munícipe da Cidade”, afirma.

### Sindicato

Em nota, o Sindisan disse que a parceria facilitará na seleção de trabalhadores. “As empresas enfrentam dificuldades para a realização de processos seletivos e, com certeza, essa será uma fonte que muito contribuirá para esse processo”.

O sindicato destacou que a parceria traz, outra facilidade: o recebimento de pedidos de indicações de currículos de pessoas com deficiência (PCDs). O sindicato acrescenta que o Centro Público de Emprego “possui uma estrutura sólida e de referência”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 21/08/2024

## EVENTO DEBATE A ATUAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO NO PORTO DE SANTOS

Relação Porto-indústria foi assunto do encontro realizado em Piracicaba nesta terça-feira (20), na fábrica da montadora sul-coreana Hyundai

Por Ted Sartori



*Terceiro painel do Summit Porto-Indústria 2024 aconteceu na tarde desta terça-feira (20), na fábrica da Hyundai, em Piracicaba (Alexsander Ferraz/ AT)*

A atuação do Parque Tecnológico de Santos, instalado em um prédio no bairro Vila Nova, e no que ele pode colaborar para a inovação no Porto de Santos e em outros setores da produção foram debatidos no terceiro painel do Summit Porto-Indústria 2024, realizado na tarde desta terça-feira (20), na fábrica da montadora sul-coreana Hyundai,

em Piracicaba, no Interior de São Paulo.

O tema foi Tecnologias e desafios que convergem na relação do Porto e da Indústria, com o presidente do Parque Tecnológico de Santos, Eduardo Bittencourt como palestrante. "Estamos intensificando a realização dessas parcerias, cada vez mais próximas da Autoridade Portuária de Santos (APS) e das empresas portuárias privadas", afirma. "O processo de inovação dá liberdade e flexibilidade. É a questão de testar e errar", sintetiza, referindo-se à criação de novas tecnologias e sistemas.

A conexão, lembra Bittencourt, é a palavra de ordem no Parque Tecnológico, unida a outros princípios. "É a inovação acessível e para todos, feita em colaboração e cooperação. Somos o ambiente seguro para testar", explica. "Fazemos a articulação e como se adequam a essas soluções, criando produtos que sejam aderentes", emenda. O fomento está, em especial, a startups e projetos voltados à longevidade, Economia Azul e Economia Criativa.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 21/08/2024

## SANTOS ESTUDA A IMPLANTAÇÃO DE ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO NA ÁREA CONTINENTAL

ZPE é modelo para o desenvolvimento das regiões do país

Por Maurício Martins



*O assunto foi debatido na tarde desta terça-feira no Summit Porto-Indústria, realizado pelo Grupo Tribuna na fábrica da Hyundai, em Piracicaba (Alexsander Ferraz/AT)*

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) são modelos para o desenvolvimento das regiões do País. A Prefeitura de Santos tem estudos para implantação de uma ZPE na Área Continental. O assunto foi debatido na tarde desta terça-feira (20) no Summit Porto-Indústria, realizado pelo Grupo Tribuna na fábrica da Hyundai, em Piracicaba, interior do Estado.

No segundo painel, ZPE - Produzir, industrializar e exportar, o consultor portuário e colunista de A Tribuna Luis Claudio Montenegro destacou a importância do tema.

"Existe mecanismo de solução para a gente poder acompanhar o desenvolvimento global, que são as zonas de processamento e exportação. A gente tem incentivos, possibilidade de estar próximo de uma logística portuária, possibilidade de qualificar profissional. Se você jogar na lei, tudo está

colocado lá, na lei de ZPE. Então, a lei de ZPE nos possibilita um ambiente para que a gente possa se desenvolver e avançar”.

Montenegro explicou que a China tem diversas zonas econômicas de exportação, que seriam semelhantes às ZPEs. “A zona de processamento de exportação não é necessariamente uma área ou uma oportunidade legal, ela é modelo de desenvolvimento. Se Santos quer entrar e discutir uma ZPE, se São Paulo quer discutir uma ZPE, tem que entender que o modelo da indústria paulista tem que ser modificado, É modelo de buscar parcerias, se inserir em cadeias globais, ganhar escala e vender para o mundo inteiro” explica o especialista.

Também participaram do painel Elias Júnior, secretário de Assuntos Portuários e Emprego de Santos; Adilson Luiz Gonçalves, membro do Conselho de Administração da Autoridade Portuária de Santos (APS); Marcel Vilchez, diretor da Bandeirantes Deicmar; e Flávio da Rocha, diretor da Eldorado Brasil Logística.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 21/08/2024*



## ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

### LEILÃO DE ÁREAS VAI REFORÇAR LIGAÇÃO DO PORTO DO RECIFE COM INDÚSTRIA CERVEJEIRA

Apenas com o terminal REC 08 do Porto do Recife, a previsão é de arrecadação de R\$ 51 milhões e receita bruta de R\$ 190 milhões em dez anos com movimentação de cevada, malte, trigo e milho

*Da Redação ME - [redacao@movimentoeconomico.com.br](mailto:redacao@movimentoeconomico.com.br)*



*Ao todo, três áreas do Porto do Recife serão leiloadas às 14h na Bolsa de Valores de São Paulo. Foto: Porto do Recife/Divulgação*

O Porto do Recife espera ter uma receita bruta de aproximadamente R\$ 190 milhões nos próximos dez anos apenas com a operação do terminal REC 08, que será leiloadado nesta quarta-feira (21) pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A área de 7.150 metros quadrados é destinada a grãos sólidos vegetais, tendo como principais cargas a cevada, o malte, o trigo e o milho.

É a oportunidade para consolidar o terminal da capital pernambucana como polo de distribuição de insumos da indústria cervejeira nordestina.

“É um investimento que vai possibilitar, principalmente, ainda mais o desenvolvimento do polo cervejeiro porque é uma área em que se destina, basicamente, à recepção da carga cevada em grãos sólidos”, comenta o presidente do Porto do Recife, Delmiro Gouveia.

Das três áreas do terminal que serão leiloadas às 14h na Bolsa de Valores de São Paulo, com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o REC 08 é o único que será construído do zero. O REC 09 e o REC 10 serão reformados e modernizados outras duas áreas estarão disponíveis.

Entre grandes empresas, cervejarias artesanais, microcervejarias, nanocervejarias, craft brewerys e brewpubs, o Nordeste possui 122 estabelecimentos que produzem a bebida. E o Porto do Recife está situado numa área de influência que abrange, num raio de 800 quilômetros, oito capitais nordestinas e mais de 30 cidades de médio porte da região.

O investimento previsto para o arremate do REC 08 é de R\$ 51 milhões. Destinado a grãos sólidos e cargas gerais, especialmente arroz, o REC 09 possui 7.800 m<sup>2</sup> e investimento de R\$ 2,2 milhões.



Já o REC 10 tem 4.400 m<sup>2</sup> e valor de investimento esperado de R\$ 3 milhões. É para movimentar e armazenar graneis sólidos e cargas gerais.

A Antaq estima que o valor total a ser investido por empresas interessadas em operar no Porto do Recife chegue a R\$ 56 milhões. No leilão também serão oferecidas outras duas áreas, uma no Porto do Rio de Janeiro (RJ) e uma no Porto do Rio Grande (RS). Ao todo, a previsão é de que o montante arrecadado chegue a R\$ 74 milhões.

De acordo com a Antaq, todas as cinco áreas dos três portos serão arrendadas no modelo simplificado com prazo de no máximo 10 anos e sem a possibilidade de estender a duração do contrato além do período inicial estabelecido. Este será o primeiro bloco de concessões de terminais portuários brasileiros do ano.

### **Impacto na receita do Porto do Recife**

Para Delmiro Gouveia, o aumento da movimentação no Porto do Recife é certa. A ocupação de áreas antes ociosas do REC08 vai impactar positivamente a receita do porto. “A partir do momento que uma área que não era utilizada e passa a ser operada, automaticamente, tem-se um aumento significativo, não só da receita fixa, que é o aluguel de produtores na área, como, também, a receita variável, que é de acordo com o peso, com a tonelada da mercadoria importada, no caso a cevada.”

O leilão estava previsto para ocorrer em 23 de maio. Contudo, em meados do mesmo mês, o Ministério dos Portos e Aeroportos adiou o leilão devido à situação de calamidade pública do estado do Rio Grande do Sul. Segundo a pasta, não incluir o terminal do porto gaúcho comprometeria a organização da pasta sobre como ocorreriam os leilões, já que a divisão dos arrendamentos foi feita por blocos.

A expectativa, no entanto, era de que, após o adiamento, outra área do Porto do Recife, o REC 04, também fosse leiloada. Ela estava incluída na primeira programação, mas o este trecho da capital pernambucana não foi contemplado entre os novos avisos de licitação, publicados no dia 28 de junho.

Isso aconteceu porque “a receita bruta mensal recebível do REC 04 era muito superior ao ofertado na ação pública”, como explica Gouveia. “O movimento de contingência e desenvolvimento das atividades portuárias possibilitou um crescimento de receita, principalmente no REC 04. O terminal será redimensionado, de acordo com a perspectiva de receita dele, para que num futuro próximo ele possa, então, vir a leilão – já que no momento em que ele foi lançado, os valores de oferta não refletiam a sua realidade”.

### **Especialidades dos terminais**

A expectativa é de que quando os quatro terminais estiverem arrendados, que o total de cargas processadas pelo Porto do Recife tenha um crescimento de 25%. No ano de 2023, a empresa pública registrou um movimento de 1,3 milhão de toneladas de cargas.

Já de janeiro a junho deste ano foram movimentadas 839.902 toneladas. O número representa um aumento de 37% na chegada e saída de cargas se comparado ao mesmo período do ano passado, quando o total movimentado foi de 612.012 toneladas.

### **Sobre o leilão**

O leilão das cinco áreas vai ocorrer na sede da B3, em São Paulo. A transmissão será feita pelo canal da Antaq no YouTube, a partir das 14h. <https://www.youtube.com/watch?v=FkAlNhg2goY>

**Fonte: ME – Movimento Econômico**  
**Data: 21/08/2024**

## ORIZON AMPLIA PRESENÇA NO NE E INVESTE R\$ 10 MI EM ATERRO NO OESTE POTIGUAR

Só em 2023, Grupo Orizon recebeu em seus ecoparques 11% dos resíduos coletados no Brasil  
*Por Patricia Raposo patricia.raposo@movimentoeconomico.com.br*

A Orizon Valorização de Resíduos está expandindo sua atuação no Nordeste. Há poucos dias, a empresa inaugurou a operação de um aterro sanitário (ecoparque) em Rodolfo Fernandes, no Rio Grande do Norte, e negocia a aquisição de outra área na região.



**A unidade da Orizon em Jaboatão dos Guararapes (PE)Foto: Divulgação/Orizon**

Na nova operação, o grupo adquiriu 51% da Oeste Ambiental, proprietária do aterro sanitário de Rodolfo Fernandes, e através da subsidiária Orizon Meio Ambiente, (OMA), está investindo R\$ 10,2 milhões na nova operação, que deve gerar 29 empregos.

Para o segundo negócio, cuja localização segue em sigilo, a empresa assinou opção de compra de 51% (cinquenta e um por cento) de um terreno que está em fase inicial de licenciamento para um aterro sanitário, com potencial de 800 a 1.200 toneladas diárias de resíduos.

O aterro sanitário no Rio Grande do Norte é a única solução de destinação final adequada de resíduos da região, com geração potencial de 600 toneladas diárias de resíduos sólidos urbanos, com vida útil estimada de mais de vinte anos. A operação vai permitir o fechamento de até lixões em 44 municípios localizados no Oeste Potiguar, raio de atuação do empreendimento, que hoje estão, em sua maioria, em áreas mais carentes.

### Biogás créditos de carbono

Leonardo Santos, diretor Financeiro e de Relações com Investidores, comunicou, em Fato Relevante ao mercado, no último dia 12, que a transação no estado potiguar fortalece o posicionamento da companhia, presente agora em 12 estados.

Santos ressaltou que a operação tem “sinergias geográficas com os demais projetos da OrizonVR na região Nordeste, e ratifica sua estratégia de crescimento quanto à ampliação de volume de resíduos sob sua gestão, permitindo ainda a implantação de atividades de valorização, tais como a exploração de biogás, créditos de carbono, energia elétrica, biometano, recuperação de recicláveis, dentre outros”.



**Novo aterro da Orizon em Rodolfo Fernandes /Foto: divulgação**

### Ecoparque da Orizon

O ecoparque potiguar faz parte do projeto realizado pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte e premiado pelo Conselho Nacional do MP na categoria sustentabilidade, chamado de “Lixo Negociado”, que tem a meta de substituir lixões por aterros que cumprem todas as exigências dos órgãos competentes.

A operação de Rodolfo Fernandes recebeu licença de operação em julho passado e foi inaugurada na última semana, com a presença de órgãos reguladores, Ministério Público Estadual, Idema e prefeitos da região.

“Destinar adequadamente os resíduos é o primeiro passo de empreendimentos como este que, em um segundo momento, deverá receber investimentos necessários para instalação de plantas de aproveitamento do biogás, geração de energia renovável e de créditos de carbono ou plantas de

triagem, gerando receitas e empregos para essas regiões”, afirma o CEO do Grupo Orizon, Milton Pilão.

Segundo Pilão, a chegada ao Rio Grande do Norte consolida a atuação nacional da empresa com um olhar especial para o Nordeste. A companhia já tem atividades em Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará. “Avançamos com boas notícias para a sociedade e o meio ambiente. São milhões de pessoas atendidas em cumprimento ao que determina o Marco Legal do Saneamento e as melhores práticas socioambientais”, declara.

O Grupo Orizon é uma companhia aberta, que só em 2023 recebeu em seus ecoparques 11% dos resíduos coletados no Brasil. Fundada em 2009, tem atuação na área de energia com captura do biogás para geração de energia ou para transformação em biometano.

Na vertical de economia circular, a companhia promove a separação de materiais que podem ser reciclados ou retornar à cadeia produtiva. Desenvolve fertilizantes orgânicos e opera com créditos de carbono.

O grupo Orizon também está construindo a primeira planta de Waste to Energy (Recuperação Energética) do Brasil. A unidade entrará em operação em janeiro de 2027 e contribuirá para a destinação adequada dos resíduos.

**Fonte: ME – Movimento Econômico**

**Data: 21/08/2024**

## ESCASSEZ DE ENERGIA PODE ANTECIPAR ATIVAÇÃO DA TERMOPERNAMBUCO

Órgão afirma que a sugestão de medidas ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico é preventiva. Termopernambuco pode entrar em funcionamento em outubro para garantir fornecimento de energia

**Da Redação ME - [redacao@movimentoeconomico.com.br](mailto:redacao@movimentoeconomico.com.br)**



**A usina de Belo Monte, no Pará, é uma das que passam por período de seca no Norte do país. Foto: UHE Belo Monte**

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) confirmou, na terça-feira (20), que devido às chuvas abaixo do esperado, tem sido observada uma redução na disponibilidade de recursos hídricos, principalmente no Norte do país. A região é essencial para suprir a demanda de energia nos momentos de pico de consumo, principalmente à noite, nos meses de outubro e novembro.

Embora descarte “qualquer problema de atendimento energético” e assegure que o Sistema Interligado Nacional (SIN) dispõe de recursos suficientes para atender a demanda por energia, o ONS vem reportando queda no volume de água já há alguns meses e entre as medidas preventivas apresentadas ao Comitê de Monitoramento do Setor elétrico (CMSE) está a antecipação do acionamento da Usina Termopernambuco já a partir de outubro próximo. A unidade é controlada pela Neoenergia.

Isso implicaria em antecipar em 15 meses a operação da termelétrica, que fica localizada no Complexo Industrial e Portuário de Suape (PE). A unidade já se encontra operacional, contudo a previsão original era de que fosse ativada em 2026. A entrada em operação das termelétricas tende a aumentar a tarifa de energia, com o acionamento da bandeira vermelha.

Ao Movimento Econômico, a Neoenergia informou que caso seja necessário, a Termopernambuco “está pronta para atender ao pedido do Ministério das Minas e Energia e do Operador Nacional do Sistema (ONS)”.

### Estiagem

A situação de escassez de água preocupa as autoridades do setor porque a seca que afeta, dentre outras usinas, a geração de energia em Jirau (RO), Santo Antônio (RO) e Belo Monte (PA) coincide com o período do ano em que o maior consumo de energia elétrica do país se dá entre 18h e 19h — exatamente o horário em que a curva da geração de energia solar entra em queda.

A situação teria sido reportada numa troca de ofícios entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), conforme noticiou o jornal Valor.

Segundo a correspondência, nos próximos meses de novembro e dezembro, poderá ser necessário utilizar a reserva operativa, o que indica um cenário de maior gravidade na gestão e fornecimento de energia elétrica. A situação poderia causar problemas como interrupções no fornecimento de energia ou a necessidade de implementar medidas de racionamento de energia para evitar tais interrupções.

### ONS

Em nota, a NOS explica que “o volume de água que chega ao reservatório de uma usina hidrelétrica e que pode ser transformada em energia está abaixo da Média de Longo Termo (MLT), que é a média verificada para um histórico de 94 anos de medições”.

Além de acionar a termelétrica, para enfrentar o cenário, o ONS vai implementar outras medidas adicionais e preventivas, propostas no início de agosto ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).

As ações contemplam minimizar o despacho das usinas hidrelétricas do subsistema Norte, para preservação dos recursos hídricos da região, já com vistas ao atendimento à ponta de carga nos meses de outubro e novembro, e maximizar a disponibilidade de potência ao final do período seco, o que considera o adiamento de manutenções, quando possível, e a antecipação do retorno de ativos indisponíveis.



**A termelétrica da Neoenergia situada em Suape tem contrato para ser iniciado em julho de 2026 para fornecimento de energia ao sistema nacional. Foto: Neoenergia/Reprodução**

### Termopernambuco

A Termopernambuco teve sua construção iniciada em 2001 e entrou em operação comercial em maio de 2004, com capacidade de gerar até 533 MW, sendo composta por três turbinas em sistema de ciclo combinado. Esse sistema combina a operação de duas turbinas a gás, movida pela queima de gás natural, junto com a de uma turbina a vapor.

No primeiro trimestre de 2024, a Termopernambuco gerou 61 GWh e teve lucro líquido de R\$ 117 milhões, montante 9% superior ao mesmo período de 2023. A usina foi contratada até 14 de maio deste ano por meio do Programa Prioritário de Termelétricas.

O próximo contrato só entraria em vigor em 2026, no contexto do leilão de reserva de capacidade de dezembro de 2021, o primeiro do país. Na época, a Termopernambuco vendeu toda a sua capacidade de produção, disponibilizando 498,17 MW para o sistema elétrico. O início do fornecimento de energia seria a partir de 1º de julho de 2026, com vigência de 15 anos, para garantir o fornecimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN)

**Fonte: ME – Movimento Econômico**

**Data: 21/08/2024**



Presidência da República

Portos e Aeroportos

### GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

#### INVESTIMENTOS - MPOR REALIZA ARRENDAMENTO DE CINCO ÁREAS PORTUÁRIAS EM LEILÃO NA B3

Ministro Silvio Costa Filho participa da abertura do leilão na sede da Bolsa de Valores de São Paulo (B3)

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participa, nesta quarta-feira (21), do primeiro leilão de portos de 2024, para o arrendamento de cinco áreas localizadas nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O pregão será na sede da B3 (Bolsa de Valores de São Paulo), às 14h.

O primeiro bloco do ano é formado por projetos com contrato de 10 anos. Os investimentos previstos são de cerca de R\$ 74 milhões, para modernização dos terminais. O destaque do leilão é a área RDJ06, do Rio de Janeiro, projetada para a movimentação de óleos básicos. O terminal possui posição estratégica para o mercado de lubrificantes do Estado.

Os leilões ainda incluem as áreas portuárias REC08, REC09, REC10, os três no Porto de Recife, e RIG10, no Porto de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul.

O segundo bloco de leilões de 2024 está previsto para o mês de setembro. O destaque do pregão será a área greenfield, em Itaguaí (ITG02), localizada num dos principais portos brasileiros exportadores de minério. A área está interligada por ferrovia (MRS) até a região do quadrilátero ferrífero, em MG. O projeto prevê a construção de um píer exclusivo para a área.

Os portos que serão leiloados pelo governo brasileiro, entre os anos de 2024 e 2026, têm a capacidade de movimentar granéis sólidos, vegetais e minerais, granéis líquidos, contêineres e carga geral.

#### Serviço:

Data: quarta-feira, 21 de agosto de 2024

Horário: 14h

Local: R. Quinze de Novembro, 275, São Paulo – SP

Transmissão: <https://www.youtube.com/live/LQnQJvUHeHw>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 21/08/2024



Presidência da República

Ministério dos Transportes

### GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

#### TRÂNSITO - SENATRAN DIVULGA RANKING QUE DESTACA ESTADOS CAMPEÕES EM ENVIO DE DADOS SOBRE OCORRÊNCIAS NAS VIAS BRASILEIRAS

Informações são fundamentais para o aprimoramento de programas voltados à segurança no trânsito; MS e Paraíba lideram

Dados atualizados e unificados são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas voltadas à segurança no trânsito brasileiro. Nesse quesito, dois estados têm se destacado: Mato Grosso do Sul e Paraíba, que alcançaram excelência na atualização do Renaest (Registro de Estatística e Sinistros de Trânsito), coordenado pela Secretaria Nacional de

Trânsito (Senatran). No lado oposto, com as piores colocações, figuram Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

O ranking apresentado pela Senatran é calculado mensalmente com base no envio de informações relativas a acidentes de trânsito pelos órgãos locais responsáveis. Quanto mais frequente for a atualização do sistema, melhor a pontuação. O prazo para repasse das ocorrências é de até três meses após o sinistro. Ainda assim, somente dez estados estão em dia. Além de Mato Grosso do Sul e Paraíba, constam por ordem Minas Gerais, Paraná, Alagoas, Amazonas, Bahia, Goiás, Sergipe e Tocantins.

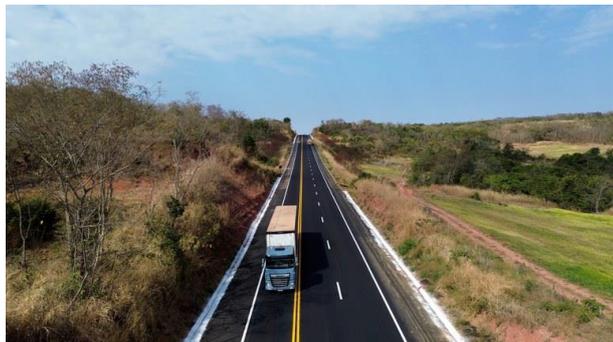


A versão digital do Renaest, que está em fase de testes, vai trazer uma maior agilidade para agentes de trânsito locais, policiais e bombeiros, além de fortalecer a transparência. O sistema é integrado ao Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores), ao Renach (Registro Nacional de Condutores Habilitados) e ao Renainf (Registro Nacional de Infrações).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF  
Data: 21/08/2024

## IMPORTANTE ROTA DE ESCOAMENTO AGRÍCOLA, BR-158/GO TEM 85 QUILÔMETROS REVITALIZADOS EM JATAÍ

Investimento de R\$ 16 milhões do Ministério dos Transportes garante rodovia mais fluida e segura



Revitalização da BR-158/GO - Foto: Divulgação DNIT

Os motoristas que transitam pela BR-158/GO, em Jataí, uma das principais rotas para o escoamento da produção de milho e soja do país, vão encontrar uma estrada totalmente revitalizada.

O Ministério dos Transportes investiu R\$16 milhões na manutenção de 85 quilômetros da rodovia, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

O trecho, que faz ligação com o município de Caiapônia, no interior do estado de Goiás, recebeu serviços como:

- fresagem
- recomposição
- microvestimento asfáltico
- nova sinalização e
- manutenção entre os Kms 155 e 240

Também em Jataí foi concluída este ano a revitalização de quase 10 quilômetros do perímetro urbano, entre os Kms 267,4 e 277. No trecho, foram realizados serviços de reciclagem de base e aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), com um investimento de aproximadamente R\$9,5 milhões.

### BR-158

Com quase quatro mil quilômetros de extensão, a BR-158 tem início no Norte e se estende até o extremo Sul do país, passando por diversos estados brasileiros.

A rodovia sai de Redenção no Pará, passa pelo Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, e termina em Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul.

A BR-158 é fundamental para o escoamento da produção de grãos, especialmente soja e milho, além de bovinos e minérios (ferro, bauxita, manganês).

Com informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF**

**Data: 21/08/2024**

## TRANSPARÊNCIA - "PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA, ALCANÇAMOS 100% DE CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA ATIVA DA CGU" DESTACA RENAN FILHO



Declaração do ministro aconteceu na abertura de workshop inédito feito em parceria com Controladoria-Geral da União. Evento recebe representantes dos setores público e privado, além de especialistas em integridade e compliance

**Workshop Integridade em Foco teve início nesta terça-feira (20) - Foto: Marcio Ferreira/MT**

Como não deixar espaço sequer para a ideia de agir de forma antiética? Alguns caminhos são o incentivo às práticas de integridade, prevenção e combate à corrupção e promoção de transparência. E esses também são os principais objetivos do Workshop Integridade em Foco, promovido pelo Ministério dos Transportes em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), com participação de líderes e especialistas de diversas áreas. O evento teve início nesta terça-feira (20) e se estende até quarta-feira (21). Confira a programação clicando aqui.

"Pela primeira vez na história, alcançamos 100% de conformidade com os requisitos de transparência ativa da CGU, tanto o Ministério dos Transportes quanto suas vinculadas", destaca o ministro Renan Filho na abertura do evento. Ele reforça que esse "não é apenas um marco a ser celebrado, mas um reconhecimento do esforço em adotar as melhores práticas e garantir acesso irrestrito à informação pública".

A abertura do Workshop contou ainda com as presenças do ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho, da ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, além de outras autoridades.

"A cultura da integridade está muito forte dentro do Governo Federal, todos os ministérios possuem os seus programas de integridade. E estão trabalhando junto à CGU, para que possamos garantir a ética no serviço público", assegura a ministra Esther Dweck. O ministro do CGU, Vinícius Marques de Carvalho, celebrou: "O ministro Renan Filho ajudou muito no processo do pacto da integridade, foi o primeiro apoiador do pacto. Gostaria de dizer que a CGU, e eu particularmente, somos muito gratos ao apoio que o Ministério dos Transportes tem dado".

E as práticas têm um alcance além das instituições. São capazes de fomentar mudanças culturais na postura ética, como explica o ministro do TCU, Bruno Dantas: "O sistema de integridade é feito para induzir um comportamento íntegro para as grandes massas. Não é para tratar todos como desonestos e nem para todos como se a sociedade fosse feita de anjos. É criar incentivos corretos para que bons comportamentos sejam praticados com frequência".



### Retomada de obras

Aos jornalistas, o ministro falou sobre a importância da criação da Secex Consenso, secretaria de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU), um instrumento que previne conflitos entre órgãos da administração pública. “A Secex Consenso traz soluções novas para um problema velho do país: obra parada. As discussões para retomar obras públicas careciam de arcabouço institucional para isso. Por exemplo, a Lei de Relicitação se tornou um instrumento inexecutável e o Brasil perdeu aí quase oito anos. O povo brasileiro não suporta mais obra parada”, argumentou Renan Filho.

Na avaliação do ministro da CGU, Vinícius Marques, a solução é uma alternativa válida. “A iniciativa foi inovadora. Como todo processo em início, cabem muitos melhoramentos, e os colegas do TCU estão sempre abertos a essa discussão. Acho que é o caminho correto”. O ministro Renan Filho completou: “Essa discussão precisa ser feita com todo cuidado. A gente precisa lembrar que o estado policial se viu em outros momentos do Brasil transformou esse país em um cemitério de obra pública e de obra em parceria público privada parada e isso precisa ser combatido porque o cidadão não suporta mais”.

### Transparência ativa

Assim como o Ministério dos Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Infra S/A cumpriram todos os 49 critérios avaliados pela CGU em seu Painel da Lei de Acesso à Informação. Antes da atual gestão, o DNIT só cumpria dez desses itens e a Infra S/A, 29.

Para tornar as informações e políticas públicas mais acessíveis a todos, algumas das mudanças foram a adesão ao Pacto Brasil pela Integridade, a publicação da primeira edição de sua Política de Transparência Ativa e abertura dos dados disponíveis no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

“O objetivo é ter como regra o SEI aberto e abastecido, a exceção fica em poucos pontos, orientados pela Conjur por aspectos jurídicos. Até o final do ano, acreditamos que vamos ter nossos dados organizados e abertos no ministério, para ajudar as empresas e concessionárias a terem informações relevantes, facilitando o interesse e organização quando quiserem investir”, pontuou o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro.

O ministério ainda firmou um acordo de cooperação técnica com a CGU para desenvolver medidas de transparência e combate à corrupção nos contratos administrativos firmados pela pasta e entidades vinculadas com empresas privadas. Tal acordo institui um plano de ação que estabelece princípios, normas, procedimentos e mecanismos para remediação de práticas antiéticas, corrupção, fraude e outros desvios de conduta nos contratos de concessão.

O alinhamento entre o Ministério dos Transportes e a CGU ainda garante maior eficiência nas etapas seguintes, durante os processos de auditoria de obras públicas. O estreitamento de laços com órgãos de controle tem sido importante para melhorar o trabalho desenvolvido pela pasta e aperfeiçoar as entregas, de acordo com avaliação do secretário-executivo, George Santoro. Por fim, outra ação importante foi a instauração da Rede de Integridade e Transparência do Ministério dos Transportes, com participação de representantes da pasta, do DNIT, da ANTT e Infra S/A, como forma de criar um ambiente saudável com uniformização de ações e procedimentos de integridade, transparência, gestão de riscos e controle.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF*

*Data: 21/08/2024*

### TRÂNSITO - TEM PENDÊNCIAS COM SEU VEÍCULO NO RS? COMEÇA A VALER NOVO CALENDÁRIO DE PROCESSOS DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO NO ESTADO

Prazos de processos e serviços foram suspensos por 90 dias após desastre climático. Com recuperação parcial, motoristas precisam se atentar a novas datas para regularização



**Contran estabelece prazos para regularização de processos e serviços previamente suspensos no RS - Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil**

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) estabeleceu uma nova tabela de prazos de processos e serviços ligados ao Sistema Nacional de Trânsito no Rio Grande do Sul, que foram interrompidos devido à crise climática que se abateu sobre o estado. A resolução foi publicada em edição extra no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (19) e pode ser conferida na íntegra aqui.

De acordo com a decisão, a interrupção de processos e serviços se encerra no dia 18 de agosto, com a retomada da fiscalização já a partir de 19 de agosto. Confira abaixo como fica o calendário para cada processo e serviço interrompido junto aos órgãos de trânsito:

### **19 de agosto:**

- Veículos registrados no Rio Grande do Sul só podem circular se estiverem devidamente licenciados de acordo com o calendário do estado;

### **2 de setembro:**

- Prazo final para regularização de registro e licenciamento de veículos novos, adquiridos a partir de 19 de abril de 2024 até 18 de agosto de 2024;

### **17 de setembro:**

- Prazo final para apresentação de defesa prévia;
- Prazo final para indicação do condutor infrator;
- Prazo final para interposição de recurso em processos de autos de infração de trânsito;
- Prazo final para apresentação de defesa prévia e interposição de recurso em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação da habilitação;
- Prazo final para a renovação da CNH e da ACC vencidas;
- Prazo final para renovação da CNH, da ACC e PPD vencidas;
- Prazo final para regularização da transferência de propriedade veicular;
- Prazo final para regularização do exame toxicológico periódico;
- Prazo final para requerer a revisão do exame de aptidão física e mental e/ou da avaliação psicológica;
- Prazo final para interposição de recurso do resultado de inaptidão permanente pela Junta Médica ou Psicológica.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 21/08/2024

# BE NEWS

## BE NEWS – BRASIL EXPORT

### EDITORIAL – ENERGIA SOLAR EM SÃO PAULO: UM PASSO RUMO À SUSTENTABILIDADE E AO DESENVOLVIMENTO

A iniciativa da InvestSP – agência de promoção de investimentos do Governo de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) – em apoiar os municípios paulistas na implantação de projetos de energia solar é uma medida importante na busca por um futuro mais sustentável e energeticamente eficiente para o estado. Ao facilitar o acesso a recursos e expertise, o governo estadual fortalece seu compromisso com a transição energética e com o desenvolvimento econômico de suas cidades.



A energia solar, como fonte limpa e renovável, apresenta inúmeros benefícios para o meio ambiente e para a sociedade. Ao reduzir a dependência de combustíveis fósseis, a geração de energia solar contribui para a mitigação das mudanças climáticas e para a melhoria da qualidade do ar. Além disso, a geração distribuída de energia solar permite que os municípios se tornem mais autônomos energeticamente, reduzindo sua vulnerabilidade a oscilações nos preços da energia e garantindo o abastecimento mesmo em situações de crise.

E a parceria com a Desenvolve SP – agência de fomento do Estado – é fundamental para o sucesso dessa iniciativa. Ao oferecer linhas de crédito específicas para projetos de energia solar, a Desenvolve SP facilita o acesso ao financiamento para os municípios, tornando a implantação de usinas fotovoltaicas mais viável economicamente.

É importante destacar que os reflexos da implantação de projetos de energia solar não se limitam à geração energética. A instalação de usinas fotovoltaicas pode gerar diversos outros benefícios para os municípios, como a criação de empregos, o desenvolvimento de novas tecnologias e a atração de investimentos.

Nesse cenário, a iniciativa da InvestSP representa um passo importante para a transição energética em São Paulo. Ao apoiar os municípios na implantação de projetos de energia solar, o governo estadual está contribuindo para um futuro mais sustentável, mais eficiente e mais próspero para todos os paulistas. E para que os resultados dessa iniciativa sejam duradouros, é fundamental que o governo continue investindo em políticas públicas que incentivem a geração de energia solar, como a simplificação da burocracia para a instalação de sistemas fotovoltaicos e a criação de mecanismos de compensação financeira para os consumidores que geram sua própria energia. Além disso, é importante que a sociedade civil se engaje nesse processo, buscando informações sobre as vantagens da energia solar e pressionando os governantes por políticas mais ambiciosas.

Com a união de esforços, é possível transformar São Paulo em um estado referência em energia solar, inspirando outras unidades da Federação a seguirem o mesmo caminho.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 21/08/2024**

## **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

### **ITAJAÍ NA EXPECTAVA**

A retomada das operações de contêineres em Itajaí (SC) deve ocorrer por volta de 13 de setembro, já atendendo de três a cinco linhas de navegação nesse mês. O terminal de contêineres do complexo está sendo administrado pelo Grupo JBS, através de sua mais nova empresa, a JBS Terminals, mas a unidade ainda depende do alfandegamento, que deve ser emitido pela Receita nas próximas semanas.

### **COOPERAPORTOS**

A Portos do Paraná e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) iniciam nesta quarta-feira, dia 21, em Paranaguá (PR) mais uma edição (a 31ª) do Cooperaportos, evento que busca promover o intercâmbio de conhecimento entre portos. O tema deste ano é “Boas Práticas Socioambientais no Setor Portuário”. A abertura contará com as participações do diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, e do diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia. A programação segue até sexta-feira.

### **PETS**

O Governo Federal oficializou a criação do grupo de trabalho multidisciplinar para debater medidas sobre o transporte aéreo de animais domésticos no Brasil. A comissão foi anunciada no mês passado, mas a medida só foi oficialmente instituída na última segunda-feira, dia 19, com uma publicação no Diário Oficial da União.

### LISBOA EM ALTA

O Porto de Lisboa, em Portugal, fechou o primeiro semestre do ano com um aumento de 16% em sua movimentação de contêineres (em tonelagem), que chegou a 2,39 milhões de toneladas. Em TEU, a alta foi de 12%. Segundo a Administração do Porto de Lisboa (APL), o resultado se deve, principalmente, à recuperação operacional do Terminal de Contentores de Alcântara (administrado pela Yilport Liscont), que contabilizou, nesse semestre, uma alta de 40% em tonelagem movimentada e de 35% em TEU.

### CHINA E A MPOX

O Governo da China ampliou o controle sanitário na chegada de passageiros e tripulantes em seus portos, em resposta à disseminação do vírus causador da mpox. Diante do aumento do número de casos na África, com a propagação de uma variante do vírus mais letal e contagiosa, viajantes vindos de regiões com casos da doença são verificados pelas autoridades.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 21/08/2024

### NACIONAL - GOVERNO E CGU FIRMAM ACORDO PARA COMBATER CORRUPÇÃO EM CONCESSÕES

Meta é garantir que negócios geridos pelo órgão e suas entidades vinculadas ao setor privado atendam aos padrões de integridade

Por **YOUSEFE SIPP** [yousefe.sipp@redenenews.com.br](mailto:yousefe.sipp@redenenews.com.br)



**O ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou que todas as entidades vinculadas à pasta atingiram 100% de conformidade nos parâmetros da Controladoria-Geral da União**

O Ministério dos Transportes e a Controladoria-Geral da União (CGU) firmaram um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para aprimorar a transparência e combater práticas corruptas em contratos administrativos. O entendimento define um plano de ação com princípios e procedimentos destinados a identificar e corrigir comportamentos antiéticos, fraudes e outros desvios em concessões. A

meta é assegurar que os negócios geridos pelo órgão e suas entidades vinculadas ao setor privado atendam aos mais rigorosos padrões de integridade.

O documento foi assinado na terça-feira (20), durante o workshop Integridade em Foco. O evento reuniu autoridades e especialistas do setor de infraestrutura para discutir temas relacionados a transparência e ao compliance nas instituições públicas e privadas.

Renan Filho enfatizou que um dos principais objetivos do órgão é fortalecer a integridade nas relações com o setor privado, garantindo que todos os contratos e parcerias sejam conduzidos com altos padrões éticos. O ministro dos Transportes afirmou que todas as entidades vinculadas à pasta atingiram 100% de conformidade nos parâmetros da CGU.

Para aumentar o acesso às informações e às políticas públicas, foram implementadas várias alterações no sistema eletrônico do Ministério dos Transportes, incluindo a adesão ao Pacto Brasil pela Integridade, a publicação da primeira edição da Política de Transparência Ava e a disponibilização de dados através do Sistema Eletrônico de Informação.

Também foi pontuada a criação da Secex Consenso, uma nova secretaria do Tribunal de Contas da União (TCU), que visa solucionar conflitos e evitar projetos interrompidos. “A Secex Consenso traz soluções novas para um problema velho do país: obra parada. O Brasil perdeu quase oito anos devido à ineficácia da Lei de Relicitação”, detalhou o chefe da pasta dos Transportes.

“Essa discussão precisa ser feita com todo cuidado. O estado policial escuro em momentos anteriores transformou o Brasil em um cemitério de obras públicas e parcerias público privadas paradas, e isso precisa ser combatido porque o cidadão não suporta mais”, completou Renan Filho.

O ministro da Controladoria-Geral da União, Vinícius Marques de Carvalho, ressaltou a importância da integridade na relação entre o setor público e o setor privado. “O tema ganhou muita relevância nos últimos anos porque percebemos que enfrentar desvios e corrupção envolve uma abordagem mais abrangente. Não se trata apenas de um diagnóstico brasileiro; é uma análise global”, afirmou.

Marques destacou a aplicação de tecnologias para detectar ilícitos e mencionou uma economia de R\$64 milhões em um edital de licitação para rodovias em Santa Catarina, fruto da parceria entre a CGU, o Ministério dos Transportes e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). “Com 1,7 trilhões de reais aplicados no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), a interação entre o poder público e a iniciativa privada deve ocorrer sob parâmetros corretos e organizados”, finalizou.

### Integridade empresarial

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, ressaltou a importância da nova Lei de Licitações para a integridade empresarial. “A lei exige que empresas com contratos públicos apresentem programas de integridade e usa esse critério de desempate nas contratações”, explicou.

Esther também pontuou que a legislação pode impactar o patrimônio dos sócios em casos de fraude e alertou para o risco de formalismos, enfatizando a necessidade de uma fiscalização rigorosa para garantir a eficácia dos programas de integridade.

Para o presidente do TCU, Bruno Dantas, os sistemas de integridade são feitos para induzir um comportamento íntegro na grande maioria dos cidadãos. “Não se trata de presumir que todos são desonestos, nem de acreditar que a sociedade é composta por anjos”, disse. “Trazer esses princípios para o Ministério dos Transportes, que executa o maior orçamento discricionário da União, é uma ação que merece nossos cumprimentos”, concluiu.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 21/08/2024*

## COMÉRCIO EXTERIOR - EXPORTAÇÕES DE ARROZ EM JULHO TÊM O MELHOR RESULTADO DO ANO

Embarques alcançaram 175 mil toneladas, com receita de US\$ 70,1 milhões, segundo dados da Abiarroz

Da Redação [redacao.jornal@redenebnews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenebnews.com.br)



**Mesmo tendo o melhor desempenho do ano, as vendas externas de arroz em julho foram levemente inferiores às realizadas em igual mês de 2023. Em volume, o recuo foi 2,7% e em receita, de 8,9%, pontua a Abiarroz. Foto: Freepik**

As exportações de arroz (base casca) tiveram em julho o melhor resultado de 2024. No mês passado, os embarques alcançaram 175 mil toneladas, com receita de US\$ 70,1 milhões. É o que informa a Associação Brasileira de Indústria do Arroz (Abiarroz), com base em dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Mesmo tendo o melhor desempenho do ano, as vendas externas de arroz em julho foram levemente inferiores às realizadas em igual mês de 2023. Em volume, o recuo foi 2,7% e em receita, de 8,9%,

pontua a Abiarroz. Considerando o total das exportações de 2024, houve uma queda de 16% em valor e 26,5% em volume, em comparação ao ano anterior.

Os embarques de arroz beneficiado também tiveram bom resultado no mês passado. As exportações do cereal de maior valor agregado totalizaram 99,5 mil toneladas em julho, com faturamento de US\$ 36 milhões. O desempenho representou alta de 7,7% em volume e de 18,2% em valor em relação ao mesmo mês de 2023.

Os 10 principais destinos do arroz beneficiado brasileiro foram Serra Leoa, Países Baixos (Holanda), Peru, Senegal, Estados Unidos, Arábia Saudita, Uruguai, Bélgica, Trinidad e Tobago e Cabo Verde.

Ainda de acordo com a Abiarroz, as importações de arroz em julho foram de 205,8 mil toneladas, com desembolso de US\$ 93,3 milhões. Na comparação com igual mês de 2023, as importações aumentaram 60,6% em volume e 107,5% em receita. Levando em consideração o valor agregado do ano, em 2024 houve um aumento de 40% em valor, e 14,6% em volume, em comparação com 2023.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 21/08/2024**

## NACIONAL - PRODUÇÃO DE PETRÓLEO DA UNIÃO SUPERA 70 MIL BARRIS POR DIA EM JUNHO

Resultado é 26,7% acima da produção de maio, segundo boletim mensal de órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia

Da Redação [redacao.jornal@redebene.com.br](mailto:redacao.jornal@redebene.com.br)



*Os dados indicam que a produção total se manteve estável, com uma média diária de 1 milhão de barris, sendo Búzios o maior produtor individual, com 509,99 mil barris por dia. Foto: Reprodução/MME*

A produção de petróleo da União alcançou em junho deste ano 71 mil barris por dia (bpd), estabelecendo um novo recorde. Esse resultado representa um aumento de 26,7% em relação à produção de maio e foi influenciado pela redução na recuperação de custos do campo de Mero e pelo aumento da participação da União nos Acordos de Individualização da Produção (AIP) das áreas não

contratadas de Tupi e Atapu. Essas informações constam no Boletim Mensal dos Contratos de Partilha de Produção, divulgado recentemente pela Pré-Sal Petróleo (PPSA), entidade vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Os dados também indicam que a produção total se manteve estável, com uma média diária de 1 milhão de barris, sendo Búzios o maior produtor individual, com 509,99 mil bpd. Desde o início da série histórica, em 2017, a produção acumulada em regime de partilha de produção atingiu 842,5 milhões de barris, enquanto a produção acumulada da União totalizou 45,83 milhões de barris de petróleo.

No que diz respeito ao gás natural exportado, a produção média em regime de partilha foi de 3,72 milhões de m<sup>3</sup> por dia em junho. Desse total, a União teve direito a uma produção de 113 mil m<sup>3</sup> por dia. Considerando os resultados do AIP de Tupi, o volume total de gás natural disponível para comercialização pela União foi de 166 mil m<sup>3</sup> por dia em junho.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 21/08/2024**

### REGIÃO CENTRO-OESTE - BR-158/GO: TRECHO DE 85 QUILÔMETROS É REVITALIZADO PELO DNIT

Segmento em Jataí é uma das principais rotas para o escoamento da produção de milho e soja em Goiás

Da Redação [redacao.jornal@redenenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenenews.com.br)



*O trecho que conecta Jataí e Caiapônia recebeu serviços como fresagem, recomposição, microrrevestimento asfáltico, nova sinalização e manutenção entre os km 155 e 240. Foto: Reprodução/Dnit*

O Ministério dos Transportes, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), destinou R\$16 milhões para a manutenção de 85 quilômetros da BR-158/GO, em Jataí. Essa é uma das principais rotas de escoamento da produção de milho e soja no Brasil.

O trecho que conecta Jataí e Caiapônia, no interior de Goiás, recebeu serviços como fresagem, recomposição, microrrevestimento asfáltico, nova sinalização e manutenção entre os km 155 e 240. Além disso, em Jataí, foi finalizada este ano a revitalização de quase 10 quilômetros do perímetro urbano, entre os km 267,4 e 277. Nesse trecho, foram realizados serviços de reciclagem de base e aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), com um investimento de aproximadamente R\$9,5 milhões.

Com cerca de quatro mil quilômetros de extensão, a BR-158 começa em Redenção, no Pará, e se estende até Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, atravessando diversos estados, como Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Essa rodovia é essencial para o escoamento da produção de grãos, especialmente soja e milho, além de gado e minérios como, ferro, bauxita e manganês.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 21/08/2024

### REGIÃO NORDESTE - ZPE DE PARNAÍBA RECEBERÁ R\$ 150 MI EM INVESTIMENTOS NESTE ANO

Duas, de seis indústrias, já funcionam na ZPE do Piauí

Por JÚNIOR BATISTA [junior.basta@redenenews.com.br](mailto:junior.basta@redenenews.com.br)



*A previsão é que as empresas especializadas em beneficiamento de mel e castanha de caju, fabricação de cosméticos e montagem de tratores agrícolas iniciem suas obras de instalação ainda em 2024. Foto: Divulgação/Governo do Piauí*

novos empreendimentos.

A Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Parnaíba, no Piauí, se prepara para a chegada de mais quatro indústrias, alcançando, assim, o número de seis estabelecimentos instalados em suas dependências. Segundo informações do Governo do Estado, a ZPE vai receber investimentos de R\$ 150 milhões com a vinda dos

A previsão é que as empresas especializadas em beneficiamento de mel e castanha de caju, fabricação de cosméticos e montagem de tratores agrícolas iniciem suas obras de instalação ainda em 2024.

Em relação aos empregos, a expectativa é que 250 postos de trabalho diretos sejam gerados. “Já estamos em discussão com as empresas para que as obras iniciem em breve, ainda neste ano”, disse o presidente da ZPE de Parnaíba, Álvaro Nolleto.

Em julho de 2023, o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), órgão deliberativo presidido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), autorizou a instalação das seguintes indústrias: Arrey Foods (beneficiamento de castanha de caju), Via Natural (beneficiamento de mel), Sadin Tratores (montadora de tratores agrícolas) e Pratic Hair (fábrica de cosméticos).

As novas empresas se juntarão às duas que já estão em funcionamento na ZPE: Agrocera e Ecopellets. A primeira, especialista na produção de cera de carnaúba, realizou 13 exportações do produto somente neste ano, totalizando 285 toneladas comercializadas. A empresa já trabalha, inclusive, para expandir sua planta industrial e capacidade produtiva. A segunda, Ecopellets, é voltada para a produção de madeira ecológica a partir de resíduos vegetais.

Atualmente, as duas indústrias e as startups piauienses pertencentes ao Tech Export Hub empregam mais de 200 trabalhadores, de forma direta, na ZPE Piauí.

O presidente destacou que a área alfandegada segue em tratativas para a chegada de mais indústrias. “Atualmente, nove projetos já foram enviados e estão em análise na Secretaria Executiva do CZPE, no MDIC. Temos, ainda, outros sete projetos em fase de elaboração para enviarmos ao Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação. O fluxo não parou. Seguimos sempre em busca de novas empresas para a nossa ZPE”, concluiu.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 21/08/2024**

## REGIÃO SUDESTE - SP VAI APOIAR MUNICÍPIOS NA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ENERGIA SOLAR

Agência abriu chamamento para credenciar empresas especializadas, que darão suporte aos gestores locais

Da Redação [redacao.jornal@redebene.com.br](mailto:redacao.jornal@redebene.com.br)



**A InvestSP, ligada ao Governo do Estado, lançou um chamamento público para credenciar empresas especializadas na elaboração dos projetos e na instalação de usinas fotovoltaicas. Foto: José Cruz/Agência Brasil**

A InvestSP, agência de promoção de investimentos do Governo de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), vai apoiar os municípios paulistas na implantação de projetos de energia solar. A agência abriu chamamento público para o credenciamento de empresas especializadas na elaboração dos projetos e na instalação de usinas fotovoltaicas.

Com apoio dessas empresas, a InvestSP poderá colocar à disposição das gestões municipais estudos e projetos que apoiem a tomada de decisão e a execução de serviços, de forma a garantir economia aos cofres públicos – seja por conta da redução da conta de luz ou da busca pelo menor custo para o projeto.

“Uma matriz energética diversificada para garantir o desenvolvimento sustentável é uma diretriz do governador Tarcísio de Freitas. A energia solar é uma das forças de São Paulo que, com estímulo, vai gerar novas oportunidades e crescimento”, afirma Jorge Lima, secretário de Desenvolvimento Econômico.

Já para o presidente da InvestSP, Rui Gomes: “é uma iniciativa diretamente ligada ao trabalho da InvestSP de tornar os municípios paulistas mais atrativos para investimentos. Vale reforçar que as trilhas de desenvolvimento do Governo do Estado e da SDE também pontuam a transição energética como uma das prioridades”.

A demanda surgiu em reuniões técnicas com gestores municipais e a Desenvolve SP – agência de fomento do Estado, que é parceira da InvestSP na iniciativa -, nas quais foram levantados os desafios das prefeituras na formulação dos projetos e, conseqüentemente, na busca por financiamento.

“O foco da Desenvolve SP está no desenvolvimento sustentável das cidades e das regiões onde elas se encontram. Nossa missão é democratizar cada vez mais o crédito que proporcione a geração de emprego e renda. Instalar usinas fotovoltaicas significa reduzir a conta de energia, permitindo que o gestor público utilize essa economia para investir em outras áreas prioritárias do município”, afirmou Ricardo Brito, diretor-presidente da Desenvolve SP.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 21/08/2024**

## REGIÃO SUDESTE - OBRAS DO RODOANEL NORTE AVANÇAM 5% APÓS INÍCIO DA CONCESSÃO

Trabalhos foram iniciados com seis meses de antecedência e seguem cronograma de execução

Da Redação [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)



**Reiniciadas em abril deste ano e com um investimento previsto de R\$ 3,4 bilhões, as obras no Rodoanel Norte devem gerar mais de 10 mil empregos até a conclusão das intervenções. Foto: Divulgação/Governo de SP**

As obras do Rodoanel Norte, retomadas em 25 de abril deste ano, já avançaram 5% nos primeiros três meses e seguem o cronograma de execução definido pela concessionária Via Appia, responsável pelas obras.

Os trabalhos foram iniciados com seis meses de antecedência contratual. Os avanços foram apresentados pela empresa à Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp).

De acordo com o relatório apresentado pela concessionária, nesses três meses de trabalho já foram realizados serviços topográficos e sondagens, inspeções em obras de artes especiais, limpeza de objetos e do sistema de drenagem, construção de estradas de serviço e acessos em toda a extensão do Rodoanel Norte, além do início das intervenções no tronco da rodovia.

Segundo a Via Appia, esses serviços vão garantir a segurança, qualidade, durabilidade e eficiência das obras, fornecendo informações precisas para o planejamento e execução para que a evolução da construção siga o cronograma.

As obras do Rodoanel Norte foram retomadas em abril deste ano, cerca de seis meses antes do firmado em contrato. Com investimento previsto de R\$ 3,4 bilhões, as obras devem gerar mais de 10 mil empregos até a conclusão das intervenções.

O trecho tem 44 quilômetros de extensão e seu trajeto passa pelos municípios de São Paulo, Arujá e Guarulhos. As obras foram divididas em dois trechos, o primeiro entre as rodovias Presidente Dutra e Fernão Dias, com previsão de entrega para o segundo semestre de 2025 e, o segundo, da Rodovia Fernão Dias até a Av. Raimundo Pereira de Magalhães, na capital, com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2026.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 21/08/2024**

### REGIÃO SUL - NOVA ROTA AÉREA ENTRE SC E EUROPA VAI MOVIMENTAR 300 TON DE CARGAS POR MÊS

Rota será feita por um Airbus A330-200, com 70% do porão dedicado ao transporte de cargas

Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



*A operação tem o potencial de transformar Florianópolis em um hub estratégico de cargas para toda a região sul do país e fortalecer o comércio internacional. Foto: Sérgio Sona*

A nova rota aérea que conectará Florianópolis/SC a Lisboa a partir de 3 de setembro promete trazer benefícios além do turismo, sendo a primeira ligação direta do sul do Brasil com Portugal. Com previsão de

movimentar 300 toneladas de carga por mês, o voo será feito por um Airbus A330-200, com capacidade para 269 passageiros, e 70% do porão será dedicado ao transporte de cargas, segundo a TAP Linhas Aéreas. Os voos ocorrerão às terças, quintas e sábados.

A operação tem o potencial de transformar Florianópolis em um hub estratégico de cargas para toda a região sul do país e fortalecer o comércio internacional.

“A criação dessa nova rota aérea representa uma oportunidade estratégica para o comércio exterior, pois aumenta a agilidade no envio e no recebimento de cargas. Isso é especialmente vantajoso para a exportação de produtos de alto valor agregado, como medicamentos, por exemplo, que exige rapidez e segurança no transporte”, destaca Sandro Marin, especialista em comércio exterior e diretor da Tek Trade, empresa catarinense que atua no ramo de importação e exportação.

O novo hub de cargas deverá movimentar produtos têxteis, metalmecânicos, eletrônicos e itens de e-commerce. A rota facilita a importação de itens e permite que as empresas atendam a demandas urgentes com uma logística mais eficiente.

“O modal aéreo é mais caro do que o aquaviário, mas ele é estratégico em determinadas situações, como na importação ou exportação de produtos com alto valor agregado ou em casos de urgência. Por exemplo, se uma empresa precisa de uma peça específica para evitar a paralisação de maquinário que vai prejudicar a produção, o investimento no modal aéreo se torna vantajoso e esta linha facilitará transações com toda a Europa”, complementa Marin.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/08/2024

### REGIÃO SUL - IMPORTAÇÃO PELOS PORTOS PARANAENSES CRESCE 49% EM JULHO

Foram movimentadas no mês 2.227.392 toneladas para importação ante 1.494.748 toneladas no mesmo período em 2023

Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



Os contêineres representaram o segundo maior volume de importação nos complexos portuários do Paraná, passando de 332.042 TEU para 444.546 TEU, um aumento de 34%. Foto: Claudio Neves/Portos do Paraná

Em julho deste ano foram movimentadas 2.227.392 toneladas para importação nos portos paranaenses, 49% a mais do que o total alcançado no mesmo período em 2023 (1.494.748

toneladas). Os fertilizantes apresentaram o maior volume, passando de 623.831 toneladas no ano passado para 918.321 toneladas em 2024 (47%).

“O preço atrativo da commodity e o mercado agro aquecido permitiram estes números elevados de movimentação, consolidando o Paraná como a principal porta de entrada de fertilizantes no Brasil”, explicou o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

Contêineres corresponderam ao segundo maior volume, em importação, passando de 332.042 TEU (medida para 20 pés de comprimento de contêiner), para 444.546 TEU (+34%). Eletroeletrônicos, produtos químicos e automotivos lideraram a demanda.

Os derivados de petróleo estão em terceiro lugar no ranking de volume de importação no mês. De 273.173 toneladas em 2023, a commodity passou para 465.085 toneladas em 2024, apresentando um crescimento de 70%.

“Os números expressivos de importação em julho são resultado de uma tendência que notamos ao longo do ano”, comentou o diretor de Operações da Portos do Paraná, Gabriel Vieira. A importação registrada de janeiro a julho deste subiu de 12.249.836 toneladas, em 2023, para 14.746.500 toneladas em 2024, alta de 20%.

“A perspectiva é que os números de importação de fertilizantes sigam elevados, considerando a promessa de uma boa performance da próxima safra no País, o que exige uma demanda ainda maior do produtor pelo produto”, pontuou o diretor de Operações.

De janeiro a junho de 2024, os portos do Paraná alcançaram a marca de 33.780.236 toneladas movimentadas, um recorde histórico de movimentação num primeiro semestre, 9% a mais em comparação ao mesmo período em 2023 (30.898.006 toneladas). A importação foi a que mais cresceu, com uma movimentação de 12.519.108 toneladas, 16% superior que em 2023 (10.755.875 toneladas).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 21/08/2024

## NACIONAL - 1º LEILÃO PORTUÁRIO DO ANO GERA R\$ 4,75 MI EM OUTORGAS

Investimentos previstos para áreas nos portos do Recife, Rio Grande e Rio de Janeiro são de R\$ 74 milhões

Por Cássio Lyra [lcassio.lyra@redebeneews.com.br](mailto:lcassio.lyra@redebeneews.com.br)



*O Ministério de Portos e Aeroportos e a Antaq promoveram, nesta quarta-feira (21), na B3, o primeiro leilão de arrendamentos de terminais portuários do ano, com a presença do chefe da pasta, Sívio Costa Filho. Foto: Grupo Brasil Export*

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Agência Nacional de Transportes

Aquaviários (Antaq) promoveram, nesta quarta-feira (21), na B3, em São Paulo, o primeiro leilão de arrendamentos de terminais portuários do ano. O bloco ofereceu cinco áreas em três portos organizados – Recife, Rio Grande e Rio de Janeiro. Todas foram arrematadas, gerando R\$ 4,75 milhões em outorgas. O ministro de Portos e Aeroportos, Sívio Costa Filho, participou do leilão.

O Porto do Recife ofertou três áreas do complexo marítimo: o REC08, o REC09 e o REC10. O REC08, terminal destinado para a movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais, foi arrematado pela Liquiport, que fez proposta única de R\$ 50 mil para a área.



Já a área REC09, destinada à movimentação e armazenagem de granel sólido e carga geral, especialmente arroz, e o REC10, que vai movimentar e armazenar granéis sólidos e cargas gerais, tiveram mais de uma empresa interessada, com ampla concorrência de lances no viva-voz.

O REC09 acabou sendo arrematado pela Usina Petribú, por R\$ 550 mil. Já o REC10 foi o terminal que recebeu maior valor de outorga. Também por viva-voz, a SCS Armazéns Gerais foi a vencedora da área com oferta de R\$ 3,6 milhões.

O RIG10, área localizada no Porto do Rio Grande, teve proposta única, no valor de R\$ 50 mil, pela empresa Sagres. O terminal irá movimentar e armazenar carga geral.

O último leilão, do RDJ06, projetado para movimentação de óleos básicos, foi arrematado pela Iconic Lubrificantes, por R\$ 500 mil.

Os terminais portuários deste primeiro leilão foram arrendados no modelo simplificado, ou seja, com prazo de no máximo 10 anos de contrato, sem a possibilidade de prorrogação. Segundo o MPor e a Antaq, estão previstos investimentos nessas áreas de quase R\$ 74 milhões.

Inicialmente, este primeiro bloco de leilões aconteceria em 23 de maio, mas foi adiado em razão do estado de calamidade que acometeu o Rio Grande do Sul naquele período.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*  
*Data: 21/08/2024*



## **BAHIA ECONÔMICA - BA**

### **NOVA PROPOSTA DA FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA PARA RENOVAR A CONCESSÃO TIRA RECURSOS DA FIOLE E DEVOLVE A SALVADOR-MINAS**

*Redação - 20/08/2024 18:00 - Atualizado 21/08/2024*

A Ferrovia Centro-Atlântica apresentou nova proposta a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres para a renovação antecipada do contrato da concessão ferroviária. A proposta deve ser aprovada na reunião de diretoria desta quinta-feira com mudanças significativas em relação ao que foi apresentado em 2021, na primeira tentativa.

A principal queixa dos governos dos estados onde passa a ferrovia era que o então Ministério da Infraestrutura previa poucos investimentos na melhoria da própria FCA. E os recursos decorrentes da renovação estavam sendo direcionados para a construção de uma outra ferrovia, a FIOLE – Ferrovia de Integração Oeste-Leste, no modelo de investimentos cruzados

Na nova proposta foram retirados os investimentos na FIOLE, no entanto, não foram agregados na nova proposta vários dos investimentos que foram solicitados ao longo do processo anterior. A requalificação do trecho entre Minas Gerais e Bahia, por exemplo, pedida por entidades empresariais da Bahia, não foi incluído e o trecho seria devolvido.

A estimativa é que da atual malha de 7,2 mil quilômetros da FCA, 30% seriam devolvidos à União (sem contar o trecho Minas-Bahia). Nos trechos devolvidos, a ideia é fazer chamamentos públicos para que eles possam ser utilizados para exploração por outras empresas, parte deles até sendo requalificados para transporte de passageiros.

A estimativa é que essa renovação gere cerca de R\$ 5 bilhões entre recursos de pagamento de outorga pela renovação antecipada e indenização por devoluções de trechos abandonados. Com informações da Agência Infra

Fonte: *Bahia Econômica*  
Data: 21/08/2024

## SDE DIALOGA COM ENTIDADES DEDICADAS AO MICROCRÉDITO PARA PEQUENOS EMPREENDEDORES

Por Hugo Leite - 21/08/2024 14:49



A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) recebeu, na terça-feira (20), representantes do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos da Bahia (CEAPE) e a deputada Federal, Elisângela Araújo. O órgão é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSIPs) dedicada aos microcréditos para pequenos empreendedores e sediada em Feira de Santana. O diálogo girou em torno da necessidade de qualificar e formar os micro e pequenos para que acessar o crédito e serem bem-sucedidos.

Angelo Almeida, secretário da pasta, sugeriu a criação de um grupo de trabalho para avançar e alinhar outras iniciativas. “Gostei muito de conhecer a CEAPE e saber que de acordo com a estatística, 70% das beneficiadas são mulheres. Eles chegaram com a demanda de formação e acredito que temos muito a agregar. Em março deste ano, lançamos 11 mil vagas de cursos de qualificação para empreendedores. A ação, que faz parte do programa Empreenda + Bahia e acontece em parceria com o Sebrae, disponibiliza 11 capacitações que proporcionarão um leque variado de conhecimentos”, afirma.

“Saímos com muita expectativa. Tivemos uma acolhida excepcional por parte do secretário e sua equipe. Viemos criar um espaço de diálogo e partilha. Acredito que o nosso objetivo foi atendido. Apresentamos à secretaria algumas demandas e experiências do campo do microcrédito”, declara José Nélio Corsini, diretor Executivo da CEAPE.

A deputada Federal, Elisângela Araújo, destacou a importância de conhecer as diversas linhas de microcrédito executadas na Bahia e de debater junto à Secretária de Desenvolvimento Econômico. “Parablenho o papel da SDE, que tem se dedicado aos pequenos e apoiado a economia circular. Outro debate importante falado na reunião foi o avanço em linhas e oportunidades de redução de juros e mais carências e assim fazer com que o empreendedor tenha condições de avançar na perspectiva de aumento de renda, de qualidade na sua produção e na gestão do seu negócio”, diz.

Fonte: *Bahia Econômica*  
Data: 21/08/2024



## O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

**CONEXÃO SOPESP – BRUNO STUPELLO, DIRETOR DE OPERAÇÕES PORTUÁRIAS DA SANTOS BRASIL DETALHA SOBRE O PROJETO DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO TECON SANTOS E COMPARTILHA AS ESTRATÉGIAS PARA TORNAR O PORTO MAIS SUSTENTÁVEL**

Informações: *Conexão SOPESP (21 de agosto de 2024)*

Nesta terça-feira, 20 de agosto, o Conexão SOPESP recebeu Bruno Stupello, Diretor de Operações Portuárias da Santos Brasil.



Ao lado de Vanessa Martins e Ricardo Molitzas, Stupello apresenta detalhes sobre o projeto de ampliação e modernização do Tecon Santos, além de compartilhar as estratégias para tornar o porto mais sustentável, com foco na redução das emissões de carbono.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 21/08/2024*

## AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATE REFORMA TRIBUTÁRIA NO SENADO FEDERAL

*Informações: IBL (21 de agosto de 2024)*

O Instituto Brasil Logística (IBL) e a Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura do Congresso Nacional (FRENLOGI) acompanham, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a audiência pública relacionada ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, sobre a Reforma Tributária.

A pauta é a não cumulatividade plena na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além de outras restrições veiculadas pelo PLP. Preside a reunião o senador Izalci Lucas (PL/DF), membro da FRENLOGI.

Relacionado ao debate está o requerimento 66/2024, do senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), que solicita a criação “de grupo de trabalho com o objetivo de avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, através da análise dos projetos de lei que regulamentarão a PEC aprovada da reforma tributária”.

Participam da audiência representantes do Direito e demais setores atuantes nas discussões da Reforma.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 21/08/2024*

## MOSAIC E CARGILL UNEM FORÇAS PARA PROMOVER AGRICULTURA REGENERATIVA NO BRASIL

*Informações: Revista Cultivar (21 de agosto de 2024)*

Parceria no programa ReSolu oferece soluções tecnológicas e biológicas para aumentar a produtividade e promover a sustentabilidade no campo

A Mosaic anunciou sua adesão ao programa ReSolu, recentemente lançado pela Cargill. A iniciativa busca incentivar os agricultores brasileiros a investirem na saúde do solo, visando aumentar a eficiência e produtividade agrícola desde o plantio até a colheita. O ReSolu oferece uma plataforma integrada com práticas agrícolas voltadas para acelerar e expandir a agricultura regenerativa no país.

O programa ReSolu disponibiliza aos produtores uma gama de soluções, incluindo assistência técnica especializada, pacotes tecnológicos de insumos e ferramentas financeiras exclusivas. Os agricultores que aderirem ao programa terão acesso a um portfólio de produtos da Mosaic.

Ingrid Graziano, líder de produtos de sustentabilidade da Cargill, destacou a importância do ReSolu para o futuro da agricultura. “A Cargill trabalha lado a lado com o produtor rural para promover uma produção de alimentos mais sustentável, aumentando a rentabilidade e resiliência dos produtores. O ReSolu traz soluções que melhoram a utilização de recursos naturais, gerando solos mais saudáveis para as próximas gerações”, afirmou.

Uma das novidades no portfólio oferecido aos agricultores é o lançamento da Mosaic Biosciences Brasil. Essa nova frente da empresa, focada em produtos biológicos, foi lançada no primeiro trimestre deste ano e traz inovações em nutrição de plantas e qualidade do solo. As soluções de bionutrição incluem inoculantes, bioestimulantes e biofertilizantes, que trabalham na ativação do potencial entre solo, planta e microbioma, visando melhorar a saúde do solo e a produtividade agrícola.

Christian Pereira, diretor de marketing da Mosaic, ressaltou a importância da parceria entre as duas empresas. “São duas gigantes globais, comprometidas com a alimentação mundial e com a prática de uma agricultura mais sustentável. A Mosaic se junta ao ReSolu para estar mais próxima do agricultor e facilitar seu trabalho, em uma parceria que é fundamental para o cenário agrícola atual”, explicou.

Além dos produtos biológicos, o ReSolu também oferecerá outros três produtos da Mosaic: Micro Essentials, Aspire e Excellen.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 21/08/2024*

## BRASIL E MALÁSIA REALIZAM REUNIÃO PARA AMPLIAR AS RELAÇÕES TÉCNICAS E COMERCIAIS

*Informações: Ministério da Agricultura e Pecuária (21 de agosto de 2024)*



Ministro Fávaro recebeu ministro da Agricultura do país asiático para dialogarem sobre a relação comercial entre ambos os países

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, recebeu o ministro da Agricultura e Segurança Alimentar da Malásia, Datuk Sabu, e sua comitiva para dialogar sobre a ampliação das relações comerciais voltadas para o agronegócio. O encontro ocorreu nesta terça-feira (20), na sede do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), em Brasília (DF).

O ministro Fávaro destacou o empenho do Governo Federal no fortalecimento econômico entre o Brasil e os países do Sul Global, assim como o trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária. “Estamos abertos a formalizar um termo de cooperação entre o Brasil e a Malásia, para que a Embrapa ajude o país no desenvolvimento de tecnologias e sistemas produtivos mais eficientes”, afirmou.

Na ocasião, o ministro da Agricultura da Malásia propôs a formalização de um acordo de cooperação na produção de milho em grão entre a Embrapa e o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola da Malásia (Mardi) para aumentar a competitividade na política de preços.

Também foi discutido o interesse da Malásia em cooperar em temas como a pesquisa em culturas industriais e na indústria do coco. Já o Brasil demonstrou interesse em ampliar a exportação de frutas para o país asiático.

Fávaro ainda ressaltou o trabalho da defesa agropecuária brasileira em garantir o controle sanitário e fitossanitário dos produtos nacionais para as exportações.

O ministro da Agricultura da Malásia também demonstrou interesse em aumentar a importação de proteínas Halal brasileiras. Todos os produtos bovinos, aves e laticínios exigem certificação Halal para entrar na Malásia. Atualmente, o Brasil possui sete plantas frigoríficas autorizadas a exportar carne de frango para o mercado malaio.

### Relações Comerciais

Segundo a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI) do Mapa, as exportações brasileiras de produtos agropecuários para a Malásia foram de US\$ 1,2 bilhão em 2023. Três produtos tiveram destaque na pauta: açúcar bruto (56%), milho (20%) e algodão (7%), somando 83% do total.

O Brasil importou da Malásia US\$ 100 milhões em 2023, sendo que demais óleos vegetais (61%), óleo de palma (20%) e pasta de cacau (7%) somaram 88% do total importado.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 21/08/2024*



## AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

### OMAR AZIZ CITA REDE OBSOLETA E DIZ QUE MANAUS PODE TER UM COLAPSO NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Amazonas Energia, que abastece a capital, está no centro de um empasse envolvendo MP que viabiliza venda para a Âmbar Energia

Por Fernando Caixeta 21 de agosto de 2024 Em Congresso



*Senador Omar Aziz (PSD-AM) no plenário do Senado Federal durante sessão deliberativa ordinária. (Foto: Pedro França/Agência Senado)*

O senador Omar Aziz (PSD/AM) afirmou nesta terça (20/8) que a cidade de Manaus pode ter um colapso na energia elétrica devido a problemas de distribuição. Ele classificou o sistema da capital amazonense como obsoleto e criticou a falta de extensão da rede e baixo investimento em melhorias.

“E hoje eu faço essa cobrança aqui ao Ministério das Minas e Energias, ao ministro Alexandre Silveira, em relação ao que está acontecendo na nossa cidade. Eu não estou falando em geração, nós municípios que são geradores independentes, mas na cidade de Manaus o colapso está para acontecer”, cobrou.

Segundo Aziz, a falta de energia se dá sem explicação e que investimentos previstos não ocorreram. Ele afirma que tanto o MME quanto a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estão passivos em relação ao problema e pede providências urgentes.

#### Histórico de problemas com a distribuição

A cidade de Manaus é abastecida pela Amazonas Energia, empresa que está no centro de um impasse relacionado à venda pela Eletrobras em 2018, e com um longo histórico de problemas financeiros e operacionais.

Em junho, o governo editou a medida provisória 1232/2024, que viabiliza a transferência. A MP foi publicada na mesma semana em que a Âmbar Energia, do grupo J&F, fechou acordo para compra do parque de térmicas a gás natural da Eletrobras, num total de 1,8 GW de capacidade instalada.

A edição da MP gerou reação da oposição, que se mobilizou para tentar abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar se houve beneficiamento do grupo J&F.

Pelos termos da operação, os riscos de inadimplência da Amazonas Energia, que compra parte da energia do portfólio, serão assumidos pela Âmbar. A depender de um acordo com a distribuidora, as térmicas poderão ter seus contratos de comercialização prorrogados até 2030.

#### Silveira nega favorecimento

O ministro Alexandre Silveira disse que o ministério não participou de negociações entre a Amazonas Energia e a Âmbar, e que o conteúdo da MP vem sendo discutido há mais de um ano.

“A Eletrobras, infelizmente, é uma empresa privada hoje. A única coisa que nós tivemos conhecimento durante esse processo é de que tinham quatro ou cinco grupos disputando não só a questão da térmica, mas também na distribuidora”.

Silveira diz esperar que um sucessor da Amazonas Energia assuma o serviço, pois as outras duas alternativas seriam a intervenção ou a caducidade.

“Primeiro, é importante esclarecer que nunca houve caducidade no Brasil. Ninguém nunca sabe as consequências da caducidade. Segundo, intervenção é o governo nomear uma pessoa para poder cuidar do serviço, ter que remontar, algo que é altamente sensível, complexo e tem custo para o povo brasileiro. Em torno de R\$ 4 bilhões teriam que ser desembolsados”, disse Silveira.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 21/08/2024*

## MERCADO DE CARBONO DEVE SER VOTADO NO INÍCIO DE SETEMBRO, DIZ SENADORA

Segundo Leila Barros, há acordo para votação do projeto de lei que cria o mercado regulado de carbono no Brasil

*Por Gabriel Chiappini 21 de agosto de 2024 Em Agendas da COP, Congresso*



**Senadora Leila Barros (PDT/DF), relatora do PL do mercado de carbono (Foto: Roque de Sá/Agência Senado)**

BERLIM — A senadora Leila Barros (PDT/DF) afirmou, nesta quarta (21/8), que há um acordo com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para que a votação do PL do mercado de carbono ocorra ainda na primeira quinzena de setembro.

“Existente um trabalho incansável para que possamos aprovar esse projeto tão importante na primeira semana de setembro”, disse durante a reunião da Comissão do Meio Ambiente no Senado.

A senadora expressou otimismo sobre a construção de um consenso em torno do projeto, após várias idas e vindas entre senadores, deputados e governo federal.

As recentes divergências entre Leila, relatora no Senado, e o deputado Aliel Machado (PV/PR), relator na Câmara, levaram Pacheco a convocar uma reunião na semana passada para tentar mediar um acordo.

O presidente do Senado afirmou que a matéria só seria levada a votação quando houvesse consenso.

### Pacto pela Transformação Ecológica

A senadora também destacou a assinatura, nesta quarta-feira (21/8), do Pacto pela Transformação Ecológica entre os presidentes dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário.

A iniciativa tem como um dos objetivos impulsionar a votação de projetos de lei (PLs) cruciais para o desenvolvimento sustentável do Brasil, incluindo o marco legal do mercado de carbono, e o estímulo à produção de biocombustíveis, por meio do PL Combustível do Futuro.

“Estamos diante de uma oportunidade única para moldar os rumos da nossa política ambiental e climática”, afirmou a senadora.

Além da tramitação dos projetos no Legislativo, o documento estabelece que o Judiciário deverá adotar medidas para acelerar a resolução de questões ambientais e climáticas, enquanto o Executivo ampliará o financiamento e reduzirá o custo do crédito para práticas sustentáveis.

A assinatura do pacto ocorre em meio a uma série de eventos climáticos extremos, que afetam o Brasil, como secas severas, inundações, incêndios florestais e perda de produção agrícola.

“O futuro do nosso povo depende das decisões que tomarmos agora”, defendeu a senadora, ao destacar a urgência em agir para mitigar os impactos das mudanças climáticas.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 21/08/2024

## GOVERNO AMEAÇA INTERVIR NA ANEEL

Comece seu dia bem-informado com as principais notícias sobre petróleo, gás, energia e política

Por epbr 21 de agosto de 2024 Em Comece seu Dia, Política energética, Setor elétrico



*Alexandre Silveira (PSD), ministro de Minas e Energia durante coletiva de imprensa (Foto: Ricardo Botelho/MME)*

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), ameaçou recorrer a uma intervenção na Aneel, agência responsável pela regulação de propostas da pasta para o setor elétrico – incluindo aí, duas medidas provisórias.

“A persistência desse estado de coisas impelirá este Ministério a intervir, adotando providências para a apurar a situação de alongada inércia da diretoria no enfrentamento de atrasos que lamentavelmente tem caracterizado a atual conjuntura”, diz um ofício enviado ao diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa.

A medida está prevista no decreto-lei 200/167, citado no ofício do ministro e que regula a supervisão ministerial; “intervenção, por motivo de interesse público” nos órgãos subordinados às pastas.

Silveira cobra uma resposta em cinco dias. A assessoria da agência informou que responderá ao Ministério de Minas e Energia dentro do prazo. Único comentário feito em resposta.

A cobrança oficial vem uma semana após o ministro falar publicamente sobre a insatisfação com o ritmo da tramitação de processos na agência.

Silveira elenca quatro temas que, na visão dele, já poderiam ter deliberações da diretoria colegiada. São eles:

- Homologação da nova governança e configuração de irregularidade no funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);
- Divulgação do impacto tarifário percebido pelos consumidores após a negociação dos recebíveis da privatização da Eletrobras, prevista na MP 1212, que possibilitou a securitização e o pagamento antecipado de empréstimos para reduzir contas de luz;
- Publicação de minutas dos Contratos de Energia de Reserva (CER), medida prevista na MP 1.232, da Amazonas Energia;
- Política de compartilhamento de postes.

Manaus. A transferência do controle da Amazonas Energia foi possibilitada pela MP 1232, uma das medidas citadas no ofício de Silveira. A edição da MP ocorreu após a Âmbor Energia se posicionar para assumir a concessão e prevê mudanças para o equilíbrio financeiro da concessão, que poderão ter impacto em consumidores de energia de outras regiões do país.

“Colapso”. No Senado, Omar Aziz (PSD/AM) cobrou, em discurso no plenário, providências do MME e da Aneel para resolver os problemas na distribuição de eletricidade em Manaus (AM), em decorrência da crise na Amazonas Energia.



- “O colapso está para acontecer. Há falta de energia diariamente. Não se dá explicação. Temos um investimento que era para ter sido feito”, criticou.

Segundo Aziz, MME e Aneel estão “passivos” e, por esse motivo, enviou uma mensagem ao presidente Lula cobrando soluções. “Estou trazendo esse alerta para mais tarde não digam que não foram alertados”, completou.

Paralisação. Os servidores das agências reguladoras federais aceitaram a oferta do MGI de reajuste de 27% para os servidores de carreira e 15,5% para os do Plano Especial de Cargos. O acordo prevê o pagamento em duas parcelas: em 2025 e 2026.

Cemig. Antes de federalizar a Cemig, o governo de Minas Gerais poderá transformar a companhia elétrica em uma corporation. A empresa deve ser incluída na renegociação das dívidas que o estado possui com a União, mas a mudança nas regras estaria visando uma gestão mais eficiente.

Eólicas offshore. Sem a presença do relator, Weverton Rocha (PDT/AM), a Comissão de Infraestrutura do Senado realizou nesta terça (20/08) a primeira audiência pública para debater o projeto de lei das eólicas offshore, desde que o texto foi aprovado na Câmara dos Deputados. Caberá ao Senado decidir se envia para sanção emendas para contratação de térmicas, incluídas pela Câmara dos Deputados.

Brasil Semicon. A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou o PL 13/2020, que cria o Programa Brasil Semicondutores. A matéria segue para o plenário em regime de urgência.

CMM e Wartsila vão construir os primeiros barcos de apoio marítimo (PSVs) do mundo movidos a etanol. A iniciativa vai trabalhar em um conceito de design colaborativo utilizando a plataforma de motores multicomcombustíveis (multifuel) da Wartsila.

Hidrogênio. O Consórcio Nordeste está em conversas com o MME para rediscutir o critério de adicionalidade nas regras para a produção do hidrogênio no Brasil, segundo a governadora do Rio Grande do Norte e presidente do Consórcio, Fátima Bezerra (PT).

- O marco regulatório do hidrogênio de baixo carbono não contempla a adicionalidade, que foi rejeitada durante a discussão no Senado.

Fostescue. A mineradora australiana Fortescue anunciou nesta terça (20/8) o início das obras em seu Projeto Green Iron Metal (Metal Verde) na região de Pilbara, na Austrália Ocidental.

- O projeto de US\$ 50 milhões deverá produzir mais de 1.500 toneladas por ano de metal verde, com a primeira produção prevista para 2025. A planta usará hidrogênio verde.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 21/08/2024



### JORNAL O GLOBO – RJ

## COM ORÇAMENTO APERTADO, GOVERNO QUER FUNDOS DE PENSÃO DE ESTATAIS EM OBRAS DO PAC

Tema foi tratado nesta quarta-feira entre Lula, Haddad e representantes de Previ, Petros, Funcef e Postalis

Por Geralda Doca — Brasília



*Presidente da República, Lula em evento no Palácio do Planalto — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo*

Sem margem no Orçamento e com aumento de despesas obrigatórias, o governo quer que os grandes fundos de pensão das estatais retomem os investimentos em infraestrutura, sobretudo nos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O tema foi tratado nesta quarta-feira entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva com representantes da Previ (dos funcionários do Banco do Brasil), da Petros (da Petrobras), da Funcef (Caixa Econômica Federal) e do Postalís (dos Correios) e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Está em discussão no governo mudar a política de investimentos desses fundos, que se tornou mais rigorosa após a experiência malsucedida dos fundos de pensão, durante gestões petistas no passado.

Uma proposta de resolução do órgão regulador do setor, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), ao qual O GLOBO teve acesso, prevê a inclusão de debêntures de infraestrutura entre os tipos de aplicação que podem ser feitos pelos fundos.

Também fazem parte do cardápio de investimentos papéis do setor ambiental, como crédito de descarbonização e Fiagro (fundo de investimento do agronegócio).

Outra mudança é voltar a permitir que os fundos de pensão invistam em imóveis no limite de até 8% de seus recursos, inclusive na compra e manutenção da sede da própria entidade e exclusão da norma atual da obrigatoriedade de venda de todos os imóveis até dezembro de 2030. Por outro lado, a proposta veda investimentos mais arriscados, como criptomoedas, de forma direta e indireta.

Para evitar repetir os investimentos do passado, que resultaram em CPIs no Congresso, operação da Polícia Federal e sucessivos prejuízos para os trabalhadores, a Previc sugere medidas para apertar os Fundos de Investimentos em Participação (FIPs), utilizados por fundos de pensão.

Entre elas, reduzir o limite de alocação de 15% para 10%, reduzir o limite de diversificação de 25% por entidade (atualmente máximo de 100% para quatro entidades) para 40% do total de investimentos de todas elas no FIP.

Segundo a Previc, 66% das reservas previdenciárias, que somam R\$ 1,3 trilhão de um conjunto de 272 entidades, são geridas por 3.602 fundos de investimento.

O órgão regulador propõe ainda diferenciação entre os integrantes dos comitês de investimento com poder de decisão dos que podem apenas opinar para dar maior segurança jurídica na individualização das condutas dos dirigentes dos fundos de pensão.

A proposta de mudanças nas regras dos investimentos dos fundos de pensão foi encaminhada pela Previc ao Ministério da Fazenda e precisa ser submetida ao Conselho Monetário Nacional (CMN). O texto sugere revisar uma resolução do CMN, aprovada em dezembro de 2022.

O assunto parou na Secretaria de Reformas Econômicas da Fazenda, que apontou a necessidade de fazer primeiro uma mudança significativa dos fundos de previdência: a contabilização não só dos ativos como também dos passivos a valores de mercado. Esse método determina o volume diário dos valores, independentemente das variações típicas de mercado.

Técnicos do governo envolvidos contestam, sob o argumento de que essa medida possa ser tratada posteriormente pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPS), responsável por definir as diretrizes para o setor. Ou seja, essa não seria uma competência do CMN.

De acordo com ofício da Previc, obtido pelo GLOBO, a permissão dos investimentos pelos fundos de pensão em debêntures de infraestrutura dificulta "a formação de funding necessário para execução do referido programa de investimentos do governo federal (Novo PAC)". A legislação atual concede benefício fiscal para este tipo de papel, emitido por 17 setores, com exceção do ramo de petróleo.

A Previc alega ainda que as medidas estão contempladas no programa do atual governo, "visando cumprir os compromissos e as metas em favor da sociedade, do desenvolvimento do país e da expansão do setor de previdência complementar fechado, mantendo a higidez das reservas previdenciárias e a proteção às famílias".

Nas gestões passadas do PT, a entrada dos fundos de pensão nos projetos do governo resultou em CPIs, operação da Polícia Federal e sucessivos déficits a serem cobertos por anos pelos participantes (ativos e aposentados). Entre os maiores, somente a Previ não teve prejuízo.

Em 2016, a Operação Greenfield, da Polícia Federal, apontou perdas de ao menos R\$ 8 bilhões com irregularidades em fundos de pensão. A operação foi encerrada em 2020 sem conclusão, após denúncias de abuso de autoridade, mas gerou 180 ações em curso na Justiça Federal de Brasília.

No caso dos Postalís, por exemplo, o rombo chegou a R\$ 15 bilhões, dívida a ser paga pelos Correios e trabalhadores nos próximos 30 anos. O plano de equacionamento foi assinado em janeiro deste ano. É uma exigência da legislação em caso de déficit.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 21/08/2024*

## **PF PRENDE DOIS SUSPEITOS DE INVASÃO EM ESQUEMA QUE DESVIOU R\$ 15 MILHÕES DO SISTEMA DE PAGAMENTOS DO GOVERNO FEDERAL**

Plataforma é responsável pelo processamento, controle e execução financeira, patrimonial e contábil do governo

*Por Paolla Serra — Brasília*



*Sede Polícia Federal em Brasília. — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo*

A Polícia Federal prendeu nesta quarta-feira dois suspeitos de participarem de uma invasão ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), que realiza o processamento, o controle e a execução financeira, patrimonial e contábil do governo federal brasileiro. Até o momento, foram identificados furtos no montante de aproximadamente R\$ 15 milhões pela plataforma, havendo ainda a detecção de tentativas de desvio de mais de R\$ 50

milhões.

De acordo com a PF, a ação visa desarticular organização criminosa especializada e fraudes eletrônicas e no furto de recursos públicos por meio do Siafi, utilizado por diversos órgãos governamentais.

Estão sendo cumpridos 19 mandados de busca e apreensão, além de três mandados de prisão temporária em Minas Gerais, na Bahia, no Rio, em São Paulo e no Distrito Federal.

A investigação, iniciada após a identificação de desvios de recursos públicos por meio de pagamentos indevidos, revelou um esquema de alta complexidade que incluía a realização de acessos indevidos ao Siafi, mediante a utilização de credenciais falsas de ordenadores de despesas.

“A organização criminosa utilizava técnicas avançadas de invasão cibernética, incluindo campanhas de phishing, por meio do envio de mensagens do tipo SMS com links maliciosos que captavam os dados dos destinatários, e emissão fraudulenta de certificados digitais, para obter acesso a contas e autorizar pagamentos indevidos”, informou a PF.

Além disso, para poder receber os valores desviados, o grupo criminoso também se utilizava de contas de intermediários, conhecidos como “laranjas”, que eram posteriormente ocultados através de instituições de pagamento e exchanges, empresas que atuam como corretoras de criptoativos.

Diante dos fatos, os investigados poderão responder pelos crimes de invasão de dispositivo informático, furto qualificado mediante fraude, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

O nome da operação, Gold Digger, faz alusão ao termo em inglês que literalmente significa “escavador de ouro” ou “minerador”, refletindo o caráter meticuloso e persistente das violações na extração ilícita de grandes quantias de dinheiro público.

Além disso, o termo possui um sentido pejorativo, utilizado para descrever pessoas que se associam a outras com o objetivo de obter vantagens financeiras, o que reflete o modus operandi dos envolvidos, que buscam se aproveitar dos recursos públicos para lucro próprio.

A PF informou ainda que as investigações continuarão até a completa desarticulação da organização criminosa e a responsabilização de seus integrantes.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 21/08/2024*

## HADDAD E LULA SE REÚNEM COM REPRESENTANTES DE FUNDO DE PENSÃO NESTA QUARTA

Ministro também terá reuniões com o presidente da República e com governador do Rio Grande do Sul em meio a negociação da dívida dos estados

*Por Bernardo Lima — Brasília*



*Presidente Lula e Ministro da Fazenda, Fernando Haddad — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reúne com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e representantes de fundos de pensão nesta quarta-feira. Haddad tem uma série de reuniões com Lula na manhã desta quarta. A primeira está marcada para acontecer às 9h, apenas entre Lula e Haddad, para tratar sobre os fundos de pensão.

Às 9h30, o presidente e ministro da Fazenda se reunirão com o presidente da Previ, João Luiz Fukunaga, presidente da Petros, Henrique Jäger, presidente da FUNCEF, Ricardo Pontes, e o presidente do Postalís, Camilo Fernandes dos Santos. Também vão participar da reunião o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan.

Após o compromisso, Lula e Haddad voltam a se reunir às 11h30 com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. O encontro acontece em meio a negociação da dívida dos estados. O governo calculou, em março, que as dívidas dos estados somam mais de R\$ 700 bilhões. O texto que trata do assunto já foi aprovado no Senado. O projeto ainda aguarda votação na Câmara dos Deputados.

O governo ainda passa por momento decisivo na regulamentação da reforma tributária. Novos cálculos da equipe econômica apontam que a alíquota-padrão do imposto sobre consumo previsto na Reforma Tributária deve ficar próxima de 28%, após alterações feitas no projeto durante a tramitação na Câmara dos Deputados. Os parlamentares aumentaram a lista de itens que terão isenção ou redução do percentual cobrado.

Caso a previsão se confirme, o país teria o maior Imposto sobre Valor Agregado (IVA) do mundo, à frente da Hungria, que tem taxa de 27%, a maior entre os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 21/08/2024*

## G20 NO BRASIL: SEMINÁRIO DISCUTE A POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA E SUSTENTABILIDADE. VEJA COMO FOI O EVENTO

Evento presencial trouxe temas como financiamento e inovação. Transmissão pode ser assistida on-line

*Por O GLOBO — Rio*



*Na foto, José Luis Gordon, diretor do BNDES; Perpétua Almeida, diretora na ABDI; Naercio Menezes Filho, professor do Insper e Rafael Lucchesi, diretor da CNI — Foto: Gabriel de Paiva/O Globo*

Em um intervalo de 20 anos, o peso da indústria para o Produto Interno Bruto (PIB) do país foi de quase um terço para 25,5%. E definir caminhos para resgatar a competitividade do setor diante da ampla concorrência de rivais globais se constitui como um dos maiores desafios a ser enfrentado pelas duas próximas décadas.

Nesta quarta-feira, o projeto G20 no Brasil, que reúne O GLOBO, Valor e rádio CBN na cobertura da presidência do Brasil do grupo dos países mais ricos do mundo, debate como levantar recursos para inovação, financiamento e soluções concretas para viabilizar a transição energética e a inclusão no setor industrial.

Para Rafael Lucchesi, diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI e diretor-superintendente do Sesi, a perda de peso da indústria na economia nas últimas décadas se deve a anos de uma "política anti-industrial", caracterizada, segundo ele, pelas elevadas taxas de juros e pela pesada carga tributária – que recai com mais força sobre a indústria.

– Temos as maiores taxas de juros do mundo há décadas – afirmou Lucchesi, que participa do primeiro painel do evento, intitulado “A política industrial brasileira, seu financiamento e seu impacto na vida das pessoas”.

Segundo o diretor da CNI, por outro lado, o Brasil tem hoje uma nova oportunidade de desenvolver sua indústria. Lucchesi vê "três oportunidades claras" para a "construção do futuro".

São elas a revolução tecnológica, a transição para uma economia de baixo carbono e as tensões geopolíticas entre EUA e China, que abre oportunidades para países como o Brasil, que mantém boas relações diplomáticas tanto com o Ocidente quanto com a Ásia.

### 'Arábia Saudita' da economia verde

Lucchesi destacou o fato de que o Brasil tem matriz elétrica renovável e pode se aproveitar da transição para a economia de baixo carbono:

– O Brasil pode se colocar como uma Arábia Saudita da economia verde.



O evento foi realizado presencialmente, no auditório da Editora Globo (Rua Marquês de Pombal 25, Cidade Nova), a partir das 10h. Mas contou também com transmissão ao vivo pela página do GLOBO no YouTube. Veja como foi o evento: <https://youtu.be/cxinvsMOHMQ>

Além de Lucchesi, participam do primeiro painel José Luis Pinho Leite Gordon, diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES; Naercio Menezes Filho, professor titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper; e Perpétua Almeida, diretora de Economia Sustentável e temas de

Defesa da ABDI. A mediação é de Lu Aiko Otta, repórter especial do Valor Econômico.

O segundo painel, “Passo a passo para o desenvolvimento inclusivo e sustentável: o que pensam as empresas brasileiras”, tem como convidados Ailton Nascimento, vice-presidente do Grupo Stefanini; David Canassa, diretor executivo da Reservas Votorantim; Jandaraci Araújo, co-fundadora do Conselheira 101; e Ludmila Nascimento, diretora de Energia e Descarbonização da Vale. A mediação é de Frederico Goulart, jornalista da rádio CBN.

O projeto G20 no Brasil tem o Governo do Estado do Rio de Janeiro como estado anfitrião, Rio capital do G20 como cidade anfitriã, patrocínio de JBS e realização dos jornais O GLOBO e Valor Econômico e rádio CBN.

Fonte: O Globo - RJ  
Data: 21/08/2024

## REUNIÃO ENTRE PODERES TEVE TENSÃO ENTRE LIRA E RUI COSTA E PRESIDENTE DO STF ATUANDO COMO 'BOMBEIRO'

Integrantes do Supremo Tribunal Federal esperam que ímpeto por retaliação à Corte seja contido no Congresso

Por Renata Agostini — Brasília



Almoço entre STF, Congresso Nacional e governo federal para discutir emendas parlamentares — Foto: Henrique Raynal/Casa Civil

conversa escalasse.

A reunião que selou o acordo entre os Poderes sobre as emendas parlamentares foi palco de debate acalorado entre o presidente da Câmara, Arthur Lira, e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e precisou contar com a ação de "bombeiros" para apagar arestas ao longo do encontro. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, teve de fazer intervenções mais de uma vez para evitar que o tom da

Um desses momentos foi quando o chefe da Casa Civil mencionou a necessidade de se criar uma trava para a expansão das emendas no Orçamento. De acordo com um dos presentes, Rui Costa argumentou que, da maneira como o volume de recursos vem aumentando ano a ano, acabaria eventualmente tomando todo o espaço do Executivo no Orçamento. Para o ministro, a progressão vinha ocorrendo de tal forma que ameaçava superar o que o governo tem à disposição em recursos livres — que podem ser, portanto, destinados a projetos, obras e programas federais.



Lira não gostou do que ouviu e rebateu Rui Costa dizendo que integrantes do próprio governo também usavam a forma como o sistema de emendas estava montado a seu favor. Esse seria o caso, por exemplo, do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, alvo de críticas do presidente da Câmara no ano passado por ter destinado recursos para o seu próprio estado, Mato Grosso.

Diante dessa troca de farpas, o presidente do STF interveio. Barroso argumentou que, na questão orçamentária, também era importante a observância da harmonia entre os Poderes, segundo relato de quem estava na sala.

Após a sua fala, Barroso recebeu apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Apesar de defender o interesse dos parlamentares e a legitimidade das emendas, o senador indicou entender as razões para o pedido do Executivo e disse ser possível chegar a um consenso.

### **Distância calculada**

O clima de constrangimento só não foi maior porque o cerimonial acomodou Lira e o ministro Flávio Dino, do STF, autor da decisão que suspendeu o repasse das emendas, em cadeiras diametralmente opostas. Nos últimos dias, o presidente da Câmara vinha manifestando enorme desconforto com as decisões do magistrado. Em reação, a Câmara avançou na discussão sobre a limitação de poderes do Supremo.

Na reunião, Pacheco e Lira foram posicionados ao lado direito de Barroso, que recebeu a companhia dos representantes do Executivo de seu lado esquerdo. A partir daí, o cerimonial acomodou os ministros do STF por ordem de antiguidade. Dino, o mais jovem da Corte, sentou-se na posição mais distante de Barroso, junto com o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

A presença de todos os ministros do Supremo no encontro foi uma forma de mostrar unidade, mas também de demonstrar a importância dada ao tema, no relato de um integrante da Corte.

Após três horas de conversa, houve um acordo para selar a paz entre os Poderes. Além do mecanismo para limitar o crescimento das emendas, o prazo de dez dias corridos para definir os detalhes do acordo também foi pactuado na hora, segundo relatos. Nesse ponto, Lira e Rui Costa demonstraram estar na mesma página: houve consenso de que era preciso definir logo como as emendas iriam ficar.

Um ponto que chegou a ser discutido na reunião foi qual seria o impacto do acordo nas assembleias estaduais. Ou seja, a negociação em curso poderia ter reflexos estruturais na organização do orçamento público no país.

Superado o impasse, ministros do Supremo esperam agora que o desejo de retaliação do Congresso seja contido. Ainda que Lira tenha manifestado descontentamento em diversos momentos, há entendimento de que o acordo foi benéfico aos parlamentares, pois sinaliza para a liberação das emendas e mantém o espaço já conquistado pelo Congresso no Orçamento.

Segundo um dos presentes, não havia espaço para tratar sobre a eventual redução das emendas até porque a decisão do ministro Flávio Dino não entrava nesse aspecto. A avaliação é que, diante disso, houve avanços evidentes em relação à transparência e critérios para o uso dos recursos públicos. De acordo com um participante do encontro, é preciso lembrar que, apesar de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter conseguido votos para chegar ao Planalto, ele não tem maioria de aliados no Congresso.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 21/08/2024*

**REFORMA TRIBUTÁRIA: COM PREVISÃO DE ALÍQUOTA DE 28%, SENADORES QUEREM REVER AUMENTO DE ITENS NA CESTA BÁSICA**

Parlamentares avaliam retirar cortes nobres de carne bovina, mas técnicos da Fazenda consideram proposta inviável

Por **Victoria Abel** — **Brasília**



*Para o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, não há condição de votar a reforma em período eleitoral: “Vai ser o exercício do possível, e não do desejável. O desejável seria 20%, 19% — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo*

Novos cálculos da equipe econômica apontam que a alíquota-padrão do imposto sobre consumo previsto na Reforma Tributária deve ficar próxima de 28%, após alterações feitas no projeto durante a tramitação na Câmara dos Deputados. Os parlamentares aumentaram a lista de itens que terão isenção ou redução do percentual cobrado.

Caso a previsão se confirme, o país teria o maior Imposto sobre Valor Agregado (IVA) do mundo, à frente da Hungria, que tem taxa de 27%, a maior entre os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Os cálculos finais da Fazenda estão sendo fechados e devem ser divulgados junto com a tramitação do texto no Senado. Antes, as previsões do governo mantinham a alíquota-padrão de referência no patamar de 26,5%.

Entre os itens que mais pesam para o aumento do tributo, estão a inclusão de carnes e queijos na cesta básica, a ampliação da alíquota reduzida em 60% para todos os medicamentos e o aumento de benefício tributário ao mercado imobiliário.

A tramitação da regulamentação no Senado está parada, aguardando o governo retirar a urgência constitucional do projeto. Os senadores querem que a análise ocorra com mais calma, e a votação em plenário seja apenas depois das eleições municipais, em outubro.



*Senador Eduardo Braga, relator do texto de regulamentação da Reforma Tributária no Senado — Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado*

O primeiro e mais amplo projeto de regulamentação da Reforma Tributária — que será usado para fechar a alíquota-padrão — foi aprovada na Câmara dos Deputados no início de julho. O relator no Senado é Eduardo Braga (MDB-AM), que ainda não foi oficializado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sinalizou a Braga a retirada da urgência, mas até agora não o fez.

— Parece que ajustaram o entendimento de que essa reforma não tem condição de ser votada em período eleitoral — disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). — Temos que ser mais justos para ter a menor alíquota possível. Vai ser o exercício do possível, e não do desejável. O desejável seria 20%, 19%. Mas vamos fazer o possível.

Os senadores querem rever, por exemplo, parte dos benefícios tributários ampliados a setores em votação na Câmara dos Deputados e o aumento de itens na cesta básica.

— Aumentar a alíquota não tem condições, temos que tentar reduzir. Alguns setores que estão sendo beneficiados, vamos ter que olhar isso aí — afirmou o senador Omar Aziz (PSD-AM).

### **Carnes e queijos**

Com base em calculadora criada pelo Banco Mundial, para tentar simular o efeito de cada mudança em relação ao projeto original do governo, O GLOBO calcula que a nova alíquota poderá chegar a 27,9%. O cálculo inclui carnes bovinas, suínas e de aves, assim como queijos e sal, medicamentos e farinhas. O valor não inclui o aumento da renúncia tributária para construção civil, que terá importante peso na alta da taxa.

Senadores avaliam, por exemplo, retirar cortes nobres de carnes bovinas da cesta básica, como forma de reduzir essa alíquota. Porém, técnicos da Fazenda ponderam que a divisão por cortes de carnes é inviável e poderia, inclusive, facilitar fraudes em frigoríficos e açougues.

Apesar da iniciativa para diminuir a alíquota-padrão de IVA, os senadores terão de lidar com pressão de setores querendo mais benefícios.



**Rodrigo Pacheco: "Temos que ser mais justos para ter a menor alíquota possível. Vai ser o exercício do possível, e não do desejável" — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo**

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima um aumento na alíquota padrão para 28%, com as modificações da Câmara.

— A nossa estimativa também está no mesmo nível. Não há dúvida de que as alterações aumentarão significativamente a alíquota. A CNI sempre se manifestou contrária às exceções, mas a política levou a isso, não teria viabilidade sem as exceções — disse o superintendente de Economia da CNI, Mário Sergio Telles.

A instituição, porém, defende que o Imposto Seletivo sobre mineração fique em zero, o que também poderia impactar a alíquota-padrão. Para a CNI, o tributo seletivo não deveria existir na extração de minérios, já que o mineral é insumo utilizado na indústria para diversas atividades produtivas, gerando cumulatividade.

O setor de mineração também conseguiu uma concessão por parte dos deputados. A regulamentação estabelece que a cobrança de Imposto Seletivo para extração de minérios será fixada em uma alíquota de 0,25%. Antes esse valor poderia chegar a até 1%, o que representa uma perda na previsão de arrecadação.

Como forma de tentar minimizar o efeito de acréscimo de mais itens na cesta básica, além dos aumentos dos benefícios para setores como o mercado imobiliário e mineral, os deputados incluíram as bets, empresas de apostas on-line, no Imposto Seletivo. Aliados de Haddad, porém, avaliam que a arrecadação do setor ainda é incerta e não deve compensar a alta renúncia com as exceções.

### **Gatilho na alíquota**

A Câmara dos Deputados incluiu um limitador de alíquota-padrão. A regra funcionará como uma espécie de gatilho: toda vez que a taxa de referência ameaçar ultrapassar o índice de 26,5%, medidas de redução de carga tributária podem ser acionadas. Porém, não necessariamente o Senado precisa finalizar o texto entregando uma alíquota nessa faixa.

A proposta afirma que uma avaliação será feita em 2031, para estimar se a soma das alíquotas de Contribuição sobre Bens e Serviços — que reúne PIS, Cofins e IPI — e IBS (ICMS, estadual, e ISS, municipal), que passarão a valer integralmente em 2033, resultarão em valor superior a 26,5%.

Caso o valor seja maior, um projeto de lei poderia ser enviado pelo Executivo, em conjunto com o Comitê Gestor, propondo a redução de benefícios para setores ou produtos.

Os senadores, porém, avaliam que a trava gera pouco efeito, já que não existe um comando que realmente obrigue o governo e o Congresso a aprovar os cortes.

Fonte: O Globo - RJ  
Data: 21/08/2024

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### SETOR FINANCEIRO É PROTAGONISTA NA TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA VERDE, DIZ CEO DO CITI BRASIL

Para Marcelo Marangon, bancos já têm estratégias para incentivar agenda no Brasil, mas poder público precisa de 'senso de urgência' para aprovar regulações que atraiam investimentos  
*Por Shagaly Ferreira*



#### **Entrevista com Marcelo Marangon - CEO do Citi Brasil**

As instituições financeiras têm protagonismo na transição para uma economia verde no Brasil. A avaliação é de Marcelo Marangon, CEO do Citi Brasil. Segundo ele, o setor está no centro de todas as cadeias produtivas, tendo papel importante na oferta de soluções atreladas aos pilares ESG (sigla em inglês para meio ambiente, social e governança), como green bonds (títulos verdes) e linhas de crédito conectadas à mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) de escopo 3 (emissões indiretas, ligadas aos fornecedores).

“O setor financeiro tem um papel protagonista para fomentar essa transição, e são diferentes soluções financeiras que estimulam as cadeias produtivas a terem o mesmo objetivo”, diz. “Incentivo financeiro, algum tipo de benefício em taxa, bonds sustentáveis. São maneiras de auxiliar os nossos clientes a levantar funding (recursos) através de estruturas competitivas, que tenham benefícios e que mostrem para a sociedade que eles estão focados nos objetivos corretos. E nós estamos no centro de todas essas cadeias.”

A aceleração dessa agenda, no entanto, precisa de um “senso de urgência” do poder público, pondera Marangon. Citando como exemplo a tramitação do projeto de lei Combustível do Futuro (nº 528/2020), ele diz que o Brasil está “atrasado” do ponto de vista regulatório frente a outros mercados globais, perdendo oportunidades de atrair investimentos e projetos interessados na segurança de um mercado já regulado.

“Nós não estamos competindo com projetos dentro do Brasil, nós estamos competindo com projetos globais. Então, o projeto a ser desenvolvido no Brasil tem que ser tão bem desenvolvido, rentável, organizado e estruturado quanto um projeto feito na Ásia, na Europa ou nos Estados Unidos”, afirma.

Ele lembra que o PL que endereça a SAF passou pela Câmara, mas falta ser apreciado no Senado e validado pelo Congresso. “Muitas empresas e muitos investidores aguardam o desenrolar desse PL para que a gente tenha segurança jurídica para investir em um mercado ainda a ser regulado. Essa regulamentação precisa ser finalizada o quanto antes, para que a gente não perca essa janela de oportunidade de atrair os projetos para o Brasil”, complementa o CEO.

Em 2021, o Citi, que tem atuação em mais de 100 países, anunciou a meta de investimento global de US\$ 1 trilhão em finanças sustentáveis até 2030. Conforme Marangon, a instituição já chegou a US\$ 441 bilhões de financiamento, incluindo alocações no Brasil. Sem divulgar a nova quantia, ele afirma que o volume de investimento acelerou mais do que o previsto e a meta deve ser revisada para um valor maior, para ser executada até os próximos seis anos.

Dentre os produtos ofertados pelo Citi no País enquadrados na meta de finanças sustentáveis, está o Sustainable Supply Chain Finance, linha de crédito de risco sacado oferecida. Nela, para ter antecipação de recebíveis, os fornecedores precisam comprovar às companhias contratantes do serviço o atendimento a critérios ESG. Segundo o banco, a modalidade registrou o total de R\$ 760 milhões em operações no mercado brasileiro.

### ***Abaixo, os principais trechos da entrevista:***

**Durante o Fórum Net Zero (evento ocorrido em São Paulo, em 13 de agosto), o senhor falou que o Brasil está competindo com projetos globais e por isso precisa incorporar um senso de urgência. Sob qual ponto de vista?**

Esse é um ponto muito importante porque, primeiro, nós não estamos competindo com projetos dentro do Brasil, nós estamos competindo com projetos globais, a alocação de capital é global. Então, o projeto a ser desenvolvido no Brasil tem que ser tão bem desenvolvido, rentável, organizado e estruturado quanto um projeto feito na Ásia, na Europa ou nos Estados Unidos.

A perspectiva relativa é importante, não é olhar só para dentro do Brasil, é olhar para fora do Brasil. E, nesse sentido, a gente está atrasado no lado regulatório. O PL que endereça a SAF passou pela Câmara, falta ainda ser apreciado no Senado e validado pelo Congresso, e muitas empresas e muitos investidores aguardam o desenrolar desse PL para que a gente tenha segurança jurídica para investir em um novo mercado, um mercado ainda a ser regulado, que ainda não tem o mercado secundário ativo. Essa regulamentação precisa ser finalizada o quanto antes, para que a gente não perca essa janela de oportunidade de atrair os projetos para o Brasil.

**Então, a urgência é por parte do poder público?**

Sem dúvida.



*Para Marcelo Marangon, Brasil precisa agilizar regulação para agenda verde Foto: Werther Santana/Estadão*

**Em 2021, o Citi anunciou que faria US\$ 1 trilhão em finanças sustentáveis globalmente até 2030. Mas agora essa meta já está sendo revista. Por quê?**

Nós já estamos revisando a meta porque não chegamos nem na metade do período de dez anos e já atingimos US\$ 440 bilhões de financiamento. Então, certamente, a gente vai passar essa meta. Estamos

acelerando demais os projetos sustentáveis.

**Parte desses recursos tem ido para a América Latina?**

A gente tem grandes projetos na América Latina, vários projetos no Brasil, mas essa é uma meta global. Como somos um órgão global em termos de presença física, essa é uma meta para todos os mercados em que a gente opera. Temos toda uma governança para qualificar, validar e participar desses projetos.

**Só no Brasil, o Citi anunciou que R\$ 760 milhões do total oferecido via linha de crédito de risco sacado estiveram atrelados a critérios ESG. Esse tipo de produto se relaciona com um dos gargalos das empresas, que é diminuir as emissões de CO<sub>2</sub> do escopo 3. Isso demonstra que os bancos podem tomar a dianteira para criar estratégias que possam mitigar essas emissões?**

Sim, sem dúvidas. O setor financeiro tem um papel protagonista para fomentar essa transição, e são diferentes soluções financeiras que estimulam as cadeias produtivas a terem o mesmo objetivo. O risco sacado é um deles. Então, como incentivar a cadeia de fornecimento a focar na transição energética e os nossos clientes a estimularem os seus fornecedores a também terem a mesma



preocupação? É através de incentivo financeiro, algum tipo de benefício em taxa, bonds sustentáveis...

São maneiras de auxiliar os nossos clientes a levantar funding (recursos) através de estruturas competitivas, que tenham benefícios e que mostrem para a sociedade que eles estão focados nos objetivos corretos. E nós estamos no centro de todas essas cadeias, então, temos um papel importante para fomentar esse tipo de estratégia.

### **Existem outros produtos que o Citi pretende lançar atrelados a ESG no curto e médio prazos?**

Sim. Nós temos outros produtos que já existem e vários em desenvolvimento. Por exemplo, nós temos linhas de investimento de liquidez em que parte dos recursos são direcionados para fomentar a sustentabilidade. Temos várias iniciativas que fazemos do lado social do ESG em que a gente também aloca parte dos nossos ganhos para fomentar o desenvolvimento das comunidades onde atuamos.

Mais do que iniciativas específicas, é importante isso estar no centro da estratégia do banco. Hoje em dia, em tudo que nós desenvolvemos nós pensamos em sustentabilidade. Nós acessamos nosso cliente de maneira individual para entender qual é a pegada de carbono, se ele está preocupado com transição energética, se a gente pode ajudar no financiamento da transição, como a gente vai acompanhar, quais são as métricas e se a gente tem que ter um papel protagonista para estimulá-lo a avançar mais rapidamente nos seus objetivos.

### **Nesse sentido, em relação ao mercado brasileiro, as empresas já estão trazendo a sustentabilidade para o centro da estratégia do negócio?**

Eu acho que não é uma fotografia, é um filme. Acho que todas as empresas têm o pilar de sustentabilidade na sua estratégia. Algumas se desenvolveram mais rapidamente do que outras. Já faz mais de 15 anos que a gente já tem essa discussão com os nossos clientes, sejam companhias abertas, sejam fechadas. A gente vê progressos de intensidade e velocidade diferentes nas empresas. Mas esse é um tema que veio para ficar, e cada um está construindo a sua própria estratégia.

### **Tem algum setor aqui no Brasil que se destaca nesse sentido?**

Por definição, o setor agrícola tem demonstrado uma preocupação muito grande, desde a parte de cultivo regenerativo e reflorestamento ao monitoramento das produções para certificar os produtos que serão exportados, para, inclusive, terem preço e condições de financiamento diferenciados. Então, acho que essa é uma área de excelência do Brasil

Temos outros setores acompanhando: o setor de energia, com toda a transição energética e projetos renováveis, solares e eólicos; e a indústria, com soluções de tecnologia desenvolvidas no Brasil e trazidas de outros países.

No banco, a gente costuma dizer que, no passado, quando os clientes faziam emissões no mercado internacional, eram emissões de general corporate purposes, ou seja recursos para investimentos gerais não determinados. Atualmente, tudo tem um uso de recursos específico, e, em um futuro próximo, tudo será sustentável.

### **E quanto às emissões financiadas, elas têm sido um problema para essas metas de sustentabilidade?**

Eu não acho que seja um problema, acho que é um desafio. Como a sustentabilidade está no centro das grandes companhias, tudo novo que a gente faz tem uma visibilidade muito boa. O grande desafio é conseguir olhar para todos os setores da economia, todos os tipos de empresa, todas as atividades, para que a gente possa mensurar de fato, naquele portfólio, o quanto ele está emitindo. A gente tem uma série de iniciativas globais, regionais e locais, e eu acho que, em um futuro próximo, a gente vai poder estabelecer metas muito específicas para chegar na ambição de ser Net Zero.

### **Nas estratégias de fusões e aquisições e em outros tipos de negociação, o mercado já tem, de fato, considerado o pilar ESG?**

Sim. Ele é considerado, inclusive, no estágio inicial do posicionamento estratégico das companhias: se elas são renováveis, se prezam pela sustentabilidade. Esses são atrativos muito importantes para os investidores institucionais, para os fundos de private equity (investimento em empresas de capital fechado), para os bancos que fazem o financiamento. Esses critérios são analisados em todas as transações, não só nas transações estratégicas, de fusões e aquisições, mas nas de dívida também.

### **E a aposta em estratégias de soluções sustentáveis pode ser uma solução para melhorar essa lacuna que estamos tendo no mercado de capitais no Brasil quanto aos IPOs (sigla em inglês para oferta inicial de ações)? A resposta estaria no ESG?**

Eu diria que o ESG faz parte da solução, mas não necessariamente é a única solução. O mercado de capitais para IPOs está fechado não por falta de projetos ligados a ESG, mas por outras condições, como taxa de juros dos Estados Unidos, a previsibilidade econômica, equilíbrio fiscal, etc. Então, eu acho que ESG é parte da solução, mas não é a única solução para que a gente tenha a volta desses mercados.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP  
Data: 21/08/2024*

### **TRANSPETRO PREVÊ AUMENTAR CAPACIDADE LOGÍSTICA EM 25% COM PROGRAMA DE COMPRA DE NAVIOS**

Novas embarcações vão atender prioritariamente à Petrobras e fazem parte dos esforços do governo para reativar a indústria naval brasileira; intenção é lançar um edital a cada seis meses

*Por Denise Luna (Broadcast)*

RIO - A Transpetro vai aumentar em 25% sua capacidade logística com os navios previstos no seu Programa de Renovação e Ampliação da frota (TP 25), informou a companhia. Até o final do ano, será lançado o segundo edital do programa, segundo o presidente da subsidiária da Petrobras, Sergio Bacci, que planeja lançar um edital a cada seis meses.

O primeiro edital se limitou a quatro navios do tipo handysize, de menor porte, para operações de cabotagem no transporte de combustível. Já a segunda será de gaseiros, em número não divulgado por Bacci, mas que pode chegar a oito unidades, segundo pessoas a par do assunto.



As novas embarcações vão atender prioritariamente à Petrobras e fazem parte dos esforços do governo para reativar a indústria naval brasileira. Do lado da estatal, o aumento da frota própria visa reduzir custos de afretamento. Segundo Bacci, a aquisição de embarcações com baixa disponibilidade de mercado também reduz a exposição a oscilações de frete.

*Transpetro diz que ampliar a frota própria dá mais segurança operacional e retorno aos acionistas Foto: Fabio Motta/Estadão*

“A Petrobras está retomando a contratação de embarcações para a frota própria. Esse programa representa uma mudança na estratégia de logística do sistema Petrobras, a partir da expectativa de aumento na produção de petróleo nos próximos anos. Do ponto de vista do negócio, ampliar a frota própria gera mais valor, dá mais segurança operacional e retorno aos acionistas”, disse Bacci durante a abertura da Navalshore, maior feira da indústria marítima da América Latina, que ocorre até 22 de agosto no Rio de Janeiro.

### **Preço**

O diretor de Transporte Marítimo, Jones Soares, destacou em painel do evento que o modelo das licitações visa garantir o melhor preço para a companhia, e que o edital também contempla equalização do preço caso o estaleiro vencedor seja nacional.

“Nesses casos, o Sistema Petrobras poderá acessar o Fundo da Marinha Mercante (FMM), que tem taxa de juros bastante atraentes, e debitar a incidência do imposto de importação do cálculo do preço final, que ocorre em situação de contratação no exterior”, afirmou. Até o momento, nenhum, estaleiro estrangeiro demonstrou interesse na disputa.

Segundo o diretor, o programa da Transpetro reposiciona o País na sua estratégia naval para a logística de petróleo e derivados e de produtos de baixo carbono. Além disso, as novas embarcações vão permitir uma redução de até 30% no volume das emissões de carbono da companhia.

“O TP 25 é um programa que impulsiona a Transpetro para o futuro, cria perspectivas de crescimento das suas operações logísticas, com uma frota ainda mais sustentável”, concluiu Soares.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 21/08/2024*

## ANÁLISE - ECONOMIA BRASILEIRA CRESCE, MAS PODERIA AVANÇAR MAIS E COM MAIS SEGURANÇA

O crescimento duradouro vai depender, entre outros fatores, da saúde fiscal, ou seja, da condição sustentável das contas públicas

*Por Rolf Kuntz*

Se nenhum desastre ocorrer até dezembro, o governo Lula completará dois anos de crescimento econômico acima de 2%. Seria um resultado razoável, talvez satisfatório, para um país desenvolvido, mas é medíocre para um grande emergente. O governo aposta numa expansão superior a 2,5%, talvez bem próxima de 3%, para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2024. No mercado financeiro, a mediana das projeções indica um avanço de 2,23%, segundo a última pesquisa Focus. Em 2023, início do atual governo, o avanço foi de 2,9%. O emprego aumentou desde o ano passado, mas a inflação continua longe do centro da meta (3%) e deverá superar 4,2% até o fim do ano, segundo estimativas correntes. As contas públicas permanecem como um fator de insegurança.

O desemprego caiu para 6,9% no trimestre encerrado em junho. Desde 2014, foi a menor taxa para um segundo trimestre, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A população ocupada, 101,8 milhões de pessoas, foi um novo recorde na série histórica. Os primeiros números de julho, fornecidos por outras fontes, também são animadores. O índice de produção industrial subiu de 48,7 pontos em junho para 54,3 no mês seguinte, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo o mesmo relatório, o indicador do número de empregados passou de 48,7 pontos em junho para 54,3 no mês seguinte.



*Índice de produção industrial, da CNI, subiu de 48,7 pontos em junho para 54,3 em julho Foto: Photocreo Bednarek/Adobe Stock*

A melhora no segundo trimestre foi registrada também pela Fundação Getúlio Vargas. Nesse período, a produção foi 1,1% maior que no primeiro. Na comparação interanual, os últimos dados mostram um avanço de 2,9% em relação ao período abril-junho de 2023. Além disso, o crescimento acumulado em 12 meses chegou a 2,9%, segundo o Monitor do PIB-FGV.

Mas o desempenho geral da economia, no mínimo razoável desde o ano passado, será menos promissor no curto e no médio prazos, de acordo com as expectativas anotadas na pesquisa Focus. Segundo o último boletim, a mediana das projeções do PIB aponta expansão de 1,89% em 2025 e 2% em cada um dos dois anos seguintes.

A inflação seguirá acima do centro da meta e os juros básicos permanecerão elevados. A taxa básica ficará em 10,5% em dezembro deste ano, em 10% no fim de 2025 e em 9% no encerramento dos dois anos seguintes. Segundo o boletim, portanto, os juros básicos serão mantidos até dezembro e reduzidos moderadamente nos anos seguintes. Em declaração recente, o diretor de Política



Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, admitiu a hipótese de uma elevação da taxa neste semestre, se houver dúvidas importantes quanto ao declínio da inflação. No mercado, tem-se mencionado como certa a nomeação de Galípolo para a presidência do BC.

Juros altos são empecilho ao negócios e à expansão do emprego, mas é difícil apostar numa redução da taxa básica neste semestre ou nos primeiros meses de 2025. Geralmente crítico das políticas de aperto monetário, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mudou seu discurso, recentemente, e mostrou-se disposto a apoiar decisões desse tipo, se forem anunciadas pela cúpula do BC. Antes de ser indicado para uma diretoria do BC, Galípolo, convidado pelo ministro Fernando Haddad, trabalhou no Ministério da Fazenda. Foi Haddad quem o indicou para atuar no BC. Esse relacionamento é a explicação mais provável para a mudança de Lula em relação à política monetária.

Quanto mais eficaz a ação do BC, mais velozmente a inflação será controlada e mais prontamente a economia voltará a crescer. Mas o crescimento seguro e duradouro dependerá também da saúde fiscal, isto é, da condição sustentável das contas públicas. Este item, de enorme importância, dependerá principalmente do presidente Lula, nem sempre inclinado a conter o gasto e a conduzir com prudência as contas públicas.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 21/08/2024*

## **AUSTRÁLIA APROVA PLANO PARA CONSTRUIR A 'MAIOR CENTRAL DE ENERGIA SOLAR DO PLANETA'**

Instalação deve gerar energia suficiente para abastecer três milhões de residências e, eventualmente, terá cabo de ligação com Cingapura para vender eletricidade para a cidade-Estado; projeto ainda precisa de outras autorizações

*Por Redação*

O governo da Austrália aprovou nesta quarta-feira, 21, um plano para construir uma central de energia solar e de baterias que foi anunciado como o "maior complexo solar do mundo". As autoridades anunciaram as licenças ambientais para o projeto da empresa SunCable, avaliado em US\$ 24 bilhões (R\$ 131 bilhões), no norte da Austrália.

A ministra do Meio Ambiente, Tanya Plibersek, explicou que a instalação deve gerar energia suficiente para abastecer três milhões de residências e, eventualmente, terá um cabo de ligação com Cingapura para vender eletricidade para a cidade-Estado. "Será o maior complexo de energia solar no mundo e deixará a Austrália como líder mundial em energia verde", disse Plibersek.

O complexo projetado de 12 mil hectares fica na ensolarada região do Território do Norte e é apoiado pelo magnata australiano do setor de tecnologia e ativista ambiental Mike Cannon-Brookes.

A central terá uma capacidade instalada de quatro gigawatts por hora destinados ao uso doméstico e outros dois para venda a Cingapura. O complexo terá baterias que permitirão armazenar quase 40 gigawatts.

O CEO da SunCable na Austrália, Cameron Garnsworthy, afirmou que a aprovação é um "marco na trajetória do projeto". O projeto, no entanto, ainda precisa de outras autorizações, incluindo as licenças da autoridade do mercado energético de Cingapura, do governo da Indonésia e das comunidades aborígenes australianas.

"A SunCable se concentrará na próxima etapa de planejamento para fazer o projeto avançar em direção a uma decisão final de investimento, prevista para 2027", disse Garnsworthy.



*Foto de outubro de 2020 mostra a fazenda Solar Williamsdale, localizada ao sul de Canberra, na Austrália, que possui cerca de 30 hectares de painéis solares. Foto: Mick Tsikas/Imagem AAP via AP*

### **Potência em energias limpas**

A Austrália é atualmente um dos principais países exportadores de gás e carvão e seus últimos governos não haviam mostrado entusiasmo com a transição para fontes de energia renováveis. Porém, a conscientização ecológica aumentou no país, que enfrenta as graves

consequências da mudança climática com ondas de calor intensas, grandes incêndios e inundações.

Muitos países tentam desenvolver projetos de energia solar para acelerar a transição dos combustíveis fósseis para fontes renováveis. A China lidera os esforços e está construindo o dobro da capacidade de centrais solares e eólicas do que todos os outros países juntos.

Na Austrália, as energias renováveis geraram 32% da eletricidade em 2022, muito abaixo dos 47% do carvão, segundo os dados mais recentes do governo.

A ministra Plibersek elogiou o projeto da SunCable como uma forma de aumentar a participação das energias renováveis e, ao mesmo tempo, criar “14.300 novos empregos no norte da Austrália”.

Ken Baldwin, diretor do Instituto de Mudança Energética da Universidade Nacional Australiana, afirmou que o projeto é inovador porque contempla a exportação de energia renovável em larga escala.

“A Austrália tem os melhores recursos solares e eólicos de qualquer país e, como resultado, está construindo centrais solares e eólicas a um ritmo mais acelerado que outros países”, disse Baldwin à AFP. Mas ele destaca que o impulso deve prosseguir se o país pretende alcançar a meta de neutralidade de carbono até 2050.

A diretora do Conselho Climático, Amanda McKenzie, disse que o novo centro de energia solar é um passo importante para transformar a Austrália em “uma potência da energia limpa” e que será crucial para “fornecer energia de baixo custo que reduza a poluição climática”. / AFP

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 21/08/2024*

## **ARCELORMITTAL INVESTIRÁ R\$ 1,6 BILHÃO EM ENERGIA SOLAR PARA REDUZIR CUSTOS E EMISSÃO DE CO<sub>2</sub>**

Companhia firma acordo para construir dois parques fotovoltaicos em MG e na BA com a Atlas Renewable Energy e com Casa dos Ventos; grupo siderúrgico é o quarto maior consumidor elétrico do País

*Por Ivo Ribeiro*

Principal produtor brasileiro de aço, com uma conta de luz que é a quarta maior do País, o grupo ArcelorMittal vai montar dois projetos de geração de energia renovável. O investimento, de R\$ 1,6 bilhão, soma-se a outro de R\$ 4,2 bilhões anunciado no ano passado em um projeto eólico na região Oeste da Bahia. Desta vez, o foco é em parques de energia solar.

“Energia é a sétima maior participação na nossa balança de custos de produção. Nosso consumo anual atinge 1,05 gigawatt (GW), afirmou Jefferson De Paula, presidente do ArcelorMittal Brasil e CEO da ArcelorMittal Aços Longos e Mineração LATAM, em entrevista ao Estadão.

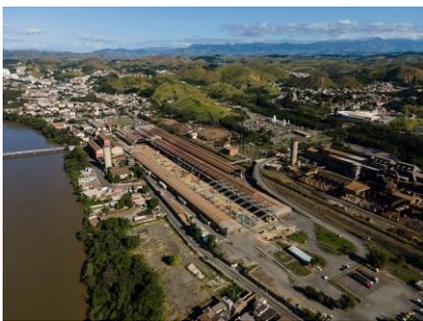
Os acordos foram firmados com a Atlas Renewable Energy, líder no desenvolvimento de parques solares na América Latina, segundo informou De Paula, e com a Casa dos Ventos, pioneira na

implantação de projetos eólicos no País e que também avança na geração fotovoltaica. Os dois investimentos vão garantir 113 MW de energia firme à siderúrgica.

O principal objetivo do investimento bilionário é, de um lado, a redução de custos com o insumo, pois, como autoprodutor, a empresa consegue alcançar um custo mais competitivo, afirma o executivo. De outro, destaca, a ArcelorMittal obtém redução, no escopo 2, em sua pegada de carbono (menor emissão de CO<sub>2</sub>). “Com os três projetos, vamos cortar cerca de 200 mil toneladas de CO<sub>2</sub>”, afirma. A empresa tem meta global de reduzir 25% até 2030 e alcançar carbono neutro em 2050.

O projeto com a Casa dos Ventos, situado no mesmo local do complexo eólico Babilônia Centro da joint venture firmada no ano passado, nos municípios baianos de Morro do Chapéu e Várzea Nova, no Oeste do estado. O parque fotovoltaico terá capacidade de gerar 44 MW médios a partir de uma potência instalada de 200 MW. Será um parque no modelo híbrido (eólico e solar).

O investimento nesse novo empreendimento com a Casa dos Ventos será de R\$ 690 milhões e a siderúrgica terá 55% de participação no capital da nova joint venture. A parceira, 45%. O projeto contará com recursos do Banco do Nordeste (70% do valor total) e 30% de recursos próprios, informou De Paula.



**Usina de produção de aços longos da ArcelorMittal em Barra Mansa, no Rio de Janeiro Foto: Leo Drumond/NITRO**

O parque eólico, com capacidade de gerar 290 MW médios, começa a gerar no início de 2025 e a previsão é estar completo no fim do ano, com 123 aerogeradores, informa o executivo. Está situado a 25 km do ponto de conexão no sistema nacional elétrico (SIN). “Estamos muito satisfeitos nessa joint venture com a Casa dos Ventos.”

### Investimento estratégico

Com a Atlas, o investimento solar é maior, de R\$ 895 milhões, para gerar 69 MW médios de energia ao ano, de uma potência instalada de 269 MW. O projeto terá 516 mil módulos fotovoltaicos, componentes que, em geral, são importados da China. No parque da Bahia, serão 358 mil módulos.

Situado no município mineiro de Paracatu, o projeto tem um modelo diferente, conhecido como BOT (Build, Operate and Transfer). Ou seja, ao final da construção ele será transferido e será operado pela própria ArcelorMittal, que se torna dona de toda a energia gerada. A Atlas receberá um valor (fee) pela construção do parque, que conta com financiamento do banco Itaú, informa De Paula.



**Jefferson De Paula, presidente da ArcelorMittal Brasil e CEO de Aços Longos e Mineração Latam Foto: Divulgação/Cláudio Gatti**

Para escoar a energia desse complexo até uma subestação do Sistema Interligado Nacional, foi incluída no projeto, que recebeu o nome de Parque Luiz Carlos, a construção de uma linha de transmissão com 65 km de extensão. Desse ponto, o insumo será destinado às plantas siderúrgicas e industriais da companhia. O início de operação comercial plena do complexo está previsto para dezembro de 2025.

De Paula diz que a geração de energia dos três empreendimentos eólico e solares irá suprir o consumo de oito siderúrgicas (sendo cinco de fornos elétricos, portanto, eletrointensivas), uma fábrica de arames, centros de serviços e de distribuição de aço, uma laminadora de aço longo, a unidade de galvanização de aço plano de Vega (Santa Catarina) duas minas de ferro, entre outras instalações.



Para a companhia, o investimento em energia é estratégico, o que justifica, na visão do executivo, o aporte total de R\$ 5,8 bilhões. Hoje, a empresa compra 45% das necessidades energéticas de suas operações. Com os três projetos, passará a 88% de geração própria renovável.

“Nosso objetivo é ter entre 70% e 90% para modular tanto o fator da intermitência (eólica e solar têm seus picos) quanto no custo, pois em época de estação muito chuvosa o preço da geração hidrelétrica pode cair”, afirma. Mas a autogeração é muito competitiva, diz De Paula.

No ano passado, a ArcelorMittal respondeu por 42% da produção de aço bruto no Brasil — aproximadamente 13,5 milhões de toneladas. O grupo compete tanto em aços planos laminados como em longos com Gerdau, CSN, Usiminas, Simec, Aço Cearense/Sinobras e Aço Verde do Brasil. De meados de 2022, com a aquisição da Siderúrgica de Pecém (renomeada ArcelorMittal Pecém), até 2027, a companhia informa estar investindo R\$ 25 bilhões no País.

Sobre novos investimentos em energia, De Paula diz que vai depender, por um lado, do crescimento da economia brasileira, que puxaria para cima o consumo de aço. Por outro lado, da freada das importações de aço oriundas, em grande parte, da China.

Ele diz acreditar que as medidas tomadas em abril pelo governo, de impor cotas e tarifa de 25% para o excedente importado, vão surtir efeito a partir do próximo mês. “Vamos ter aumento nas vendas acima dos 2% a 3% previstos no consumo aparente do País. Se o índice de importação cair de 19% para 10%, por exemplo, no consumo, terá mais aço para ser vendido de produção nacional”, ressalta o executivo.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 21/08/2024*



## VALOR ECONÔMICO (SP)

### DECRETO CRIA ESTRATÉGIA PARA MELHORAR PRÁTICAS REGULATÓRIAS E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

*Por Valor — Brasília*

Estratégia, que integra o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação, vai traçar as diretrizes e objetivos a serem atingidos no prazo de dez anos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu a Estratégia Nacional de Melhoria Regulatória, ou Regula Melhor, para estabelecer e difundir boas práticas regulatórias, com foco no cidadão, de modo a promover a evolução contínua do processo regulatório, aprimorar o ambiente de negócios e assegurar os interesses da sociedade.

Segundo decreto do presidente publicado nesta quarta-feira (21) no Diário Oficial da União (DOU), essa estratégia, que integra o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação, vai traçar as diretrizes e objetivos a serem atingidos no prazo de dez anos.

Conforme noticiado nesta quarta-feira pelo Valor, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) vai lançar hoje um portal fará parte do Regula Melhor. A ideia do governo é de que esteja funcionando até o fim do ano esse portal que deve reunir todas as normas e todos os atos infralegais que as empresas precisam cumprir no âmbito federal no Brasil.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 21/08/2024*

### SEM DISPUTA, LIQUIPORT VENCE LEILÃO DO TERMINAL REC08 POR R\$ 50 MIL; USINA PETRIBU ARREMATO O REC09

O terminal será um novo empreendimento, que terá de ser desenvolvido em uma área hoje desocupada

*Por Taís Hirata, Valor — São Paulo*



— Foto: Pixabay

Em um leilão sem disputa, a Liquiport conquistou o arrendamento do terminal REC08, no Porto de Recife, com uma oferta de R\$ 50 mil.

O terminal será um novo empreendimento, que terá de ser desenvolvido em uma área hoje desocupada. A ideia é que o projeto seja voltado a grãos sólidos vegetais, com potencial de demanda principalmente para malte, trigo e milho. Os estudos preveem investimentos de R\$ 50,9 milhões.

A Liquiport já tem operação de grãos sólidos no porto de Recife desde 2022. A empresa também atua no porto de Vitória desde 2008, movimentando grãos líquidos e grãos sólidos de origem vegetal.

Em outra disputa, a produtora de açúcar Usina Petribu venceu o leilão pelo terminal REC09, no Porto de Recife, com uma oferta de R\$ 550 mil de outorga pelo ativo.

Os investimentos projetados no contrato são de R\$ 2,2 milhões. O terminal deverá ser voltado ao transporte de grãos sólidos e carga geral.

A companhia venceu o contrato após uma longa disputa por lances em viva voz contra a SCS Armazéns Gerais, que encerrou o leilão com oferta de R\$ 520 mil.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 21/08/2024*

### ARGENTINA FECHA BALANÇA COMERCIAL DE JULHO COM SUPERÁVIT DE US\$ 1,5 BILHÃO

Saldo é resultado de um aumento de 19,2% das exportações e queda de 16,5% nas importações

*Por Pedro Borg, Valor — São Paulo*



*Porto de Buenos Aires — Foto: Divulgação / Puerto de Buenos Aires*

A Argentina anotou superávit de US\$ 1,575 bilhão na balança comercial de julho após um aumento de 19,2% das exportações e queda de 16,5% nas importações na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo relatório divulgado nesta terça-feira (20) pelo Instituto

Nacional de Estatística e Censos (Indec).

Como resultado, o intercâmbio comercial da Argentina (que leva em consideração exportações e importações) aumentou 0,4% em relação ao mesmo mês de 2023 e atingiu um valor de US\$ 12,867 bilhões.

A forte queda nas importações foi puxada pela redução da compra de combustíveis (redução de 33,5%) e peças e acessórios para bens de capitais (redução de 23,5%). As baixas podem ser explicadas pela queda na atividade econômica do país nos últimos meses provocada por medidas do governo para tentar conter a inflação.

A atividade industrial da Argentina caiu 11,2% em junho — na comparação com o mesmo mês do ano passado. Esse número significa o 14º mês consecutivo de baixa no setor, mas a queda se acentuou a partir de março.

Na parte das exportações, o setor de agronegócios e de energia puxaram a alta. Segundo o Indec, em julho a Argentina teve aumento de 42% na exportação de combustível e eletricidade e alta de 29,1% nas exportações de produtos de origem agropecuária.

Fonte: Valor Econômico - SP  
Data: 21/08/2024

## PRIMEIRA LEVA DE CONCESSÕES DE HIDROVIAS DO PAÍS ATRAI INTERESSADOS, MAS LEVANTA DÚVIDAS

Regulação pouco desenvolvida, riscos climáticos e necessidade de subsídio são incertezas  
Por Taís Hirata — De São Paulo



**Natália Marcassa, presidente da Moveinfra: Setor de hidrovias precisa de arcabouço regulatório com olhar econômico — Foto: Wenderson Araujo/Valor**

O governo prepara sua primeira leva de concessões de hidrovias. O projeto mais avançado é o do rio Madeira, que poderá ter edital lançado neste ano. Também estão em curso estudos do rio Paraguai e da Lagoa Mirim (RS), além de três iniciativas preliminares no Tapajós, no Tocantins e na foz do Amazonas. A estimativa inicial é de ao menos R\$ 4 bilhões de investimentos.

Por um lado, analistas do setor de infraestrutura apontam incertezas sobre o novo formato, como o arcabouço regulatório pouco desenvolvido e os riscos climáticos. Por outro, tanto governo quanto setor privado avaliam que há grupos interessados nos leilões e que as concessões são necessárias para viabilizar o desenvolvimento das hidrovias no país.

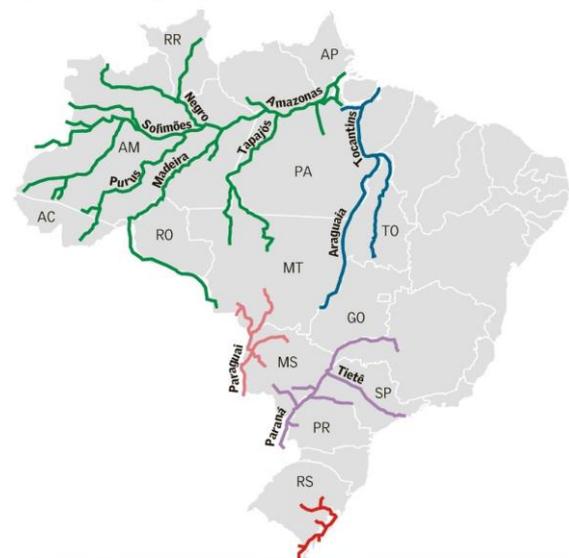
“O Brasil demorou a acordar para a importância da infraestrutura aquaviária. Hoje, não temos hidrovias, temos vias navegáveis. A via navegável é como a estrada de chão: se chover, você não passa. No rio navegável, o navio passa quando está cheio, mas na seca há restrições que afetam a eficiência operacional. É preciso criar hidrovias de fato”, diz Eduardo Nery, diretor-geral da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários).

O objetivo das concessões, diz ele, é garantir às hidrovias dragagem constante ao longo do ano e instrumentos de sinalização e medição para dar segurança ao fluxo logístico - algo que praticamente não existe, o que prejudica o uso do modal. O crescente risco climático é um fator adicional. “Os eventos estão cada vez mais críticos e recorrentes, precisamos estar preparados. A concessão vai

### Rios navegáveis

Principais complexos hidroviários do Brasil

● Solimões-Amazonas ● Hidrovias do Sul ● Paraguai ● Paraná-Tietê ● Tocantins



Histórico do fluxo de cargas por regiões hidrográficas, em toneladas

	2011	2015	2020	2022
Amazônia	51.021.649	51.918.152	72.415.511	70.624.398
Paraguai	5.480.890	4.477.087	2.190.494	4.601.862
Atlântico Sul	4.336.610	4.974.383	6.314.320	5.214.224
Tocantins	23.183.496	23.653.738	40.069.852	46.003.340
Paraná	5.804.070	5.893.047	3.974.146	2.364.918

Fonte: Antaq



mitigar.”

A iniciativa mais avançada é a concessão do rio Madeira, que é estruturada pela Infra S.A. Será uma concessão de 12 anos, com investimento de R\$ 109 milhões e despesas operacionais de R\$ 480 milhões ao longo do contrato.

“Os recursos vão ser destinados a sinalização, manutenção do calado, gestão do tráfego, com todo o levantamento de dados, batimetria. Em alguns pontos, haverá derrocamento com retirada de rochas. E haverá obrigação do concessionário de manter terminais para passageiros”, explica Cristiano Della Giustina, diretor da estatal que faz os estudos.

O projeto tem a vantagem de ter demanda de carga consolidada e verba garantida para subsidiar o contrato, que será uma Parceria Público-Privada. O aporte público virá de recursos previstos na lei da privatização da Eletrobras - o texto garantiu de forma expressa dinheiro para a melhoria da navegação do rio Madeira. “Na próxima reunião do CGPAL [Comitê Gestor do Pró-Amazônia Legal, responsável por gerir os recursos previstos na lei], já devemos carimbar para a concessão do Madeira”, diz Dino Antunes, secretário nacional de hidrovias.

Porém, há também resistências, dado que as empresas que usam o rio para transportar carga passarão a pagar tarifa. “É natural, qualquer concessão de um setor novo gera receio inicial dos usuários”, afirma Antunes. Ele diz que, antes da consulta pública, o governo deverá fazer conversas com a sociedade para mostrar os benefícios da hidrovia e explicar à população que passageiros e pequenos navios não pagarão.

Segundo o secretário, a ideia é publicar o edital neste ano, mas o prazo é flexível. “O importante é que o processo seja robusto, que tenha alinhamento com a sociedade e os atores políticos.”

A Infra S.A. também trabalha nas concessões do rio Paraguai e da Lagoa Mirim. A primeira deverá ter estudos finalizados em outubro, segundo Giustina. A segunda passa por atualização devido às chuvas no Estado, que afetaram os rios.

### **“O Brasil demorou a acordar para a importância das hidrovias”**

— Eduardo Nery

Em julho, o governo contratou o BNDES para iniciar a modelagem de outros dois leilões, da hidrovia do rio Tocantins, de Belém até Peixes (TO), e a do Tapajós, no Pará. Outra concessão planejada é da hidrovia Barra Norte, na foz do Amazonas.

No mercado, a previsão é que operadores logísticos, como a Hidrovias do Brasil, empresas de dragagem e donos de carga, principalmente de grãos e de minério, sejam os maiores interessados nos leilões. A empresa de dragagem DTA Engenharia diz que analisa os projetos do Madeira, da Lagoa Mirim e do Paraguai, segundo o presidente, João Acácio Oliveira Neto. “Temos muito interesse, vamos participar.” A Hidrovias do Brasil não se manifestou.

Segundo Nery, investidores de diferentes perfis já demonstraram interesse pelo projeto do Madeira. “Fundos de investimento e empresas de construção buscaram conhecer. Os produtores rurais podem se unir a grupos para explorar. Certamente vai atrair.”

Analistas do setor também avaliam que há interessados, mas apontam preocupações. A primeira é o arcabouço regulatório. “O setor de hidrovias precisa passar pelo que setores como o aéreo já passaram. A regulação técnica é feita pela Marinha, que não tem olhar econômico. Precisa melhorar a governança”, afirma Natália Marcassa, presidente da Moveinfra, que reúne empresas de infraestrutura.

Ela também cobra mais clareza sobre a governança da outorga de uso da água, regulada pela ANA (Agência Nacional de Águas). “Em uma seca, quem será privilegiado? Isso afeta a receita. Hoje, a geração de energia é privilegiada. Se tiver concessão, precisa organizar”, diz.

“É algo desafiador para se construir, como qualquer estrutura pioneira. É necessário desenhar um contorno regulatório e contratual que pare em pé. Como abarcar os riscos climáticos também não é algo óbvio”, afirma Marcos Pinto, sócio-diretor da A&M (Alvarez & Marsal) Infra.

Nery diz que a modelagem dos contratos deverá contemplar essas questões e que a Antaq tem conversado com Marinha e ANA. “A dificuldade da Marinha é a falta de levantamento hidrográfico constante. Com o novo nível de informação que a concessão vai trazer, isso vai ser mitigado. Com ANA, temos avaliado a possibilidade de uma certidão de outorga de uso para garantir uma vazão mínima para o concessionário.”

Para Luiz Soggia, diretor da A&M Infra, a equação econômico-financeira é outra questão. “No mundo todo, o setor hidroviário é subsidiado, porque precisa de investimento alto e o que se consegue cobrar é pouco, para manter a competitividade. Sem subsídio, os projetos devem ser mais voltados à manutenção do que a melhorias.”

Casemiro Tércio Carvalho, sócio da 4 Infra, afirma que a concessão é essencial para garantir o avanço do modal. “Não faz sentido gastar dinheiro público com dragagem, balizamento, manutenção de eclusa e não cobrar. Entrega-se um nível de serviço para quem quer navegar, e nada mais natural do que cobrar. É possível fazer tarifa social para população e tem saídas para subsidiar projetos. A conta fecha”, diz ele.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 21/08/2024*

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### LUIZ CÉSIO CAETANO É ELEITO NOVO PRESIDENTE DA FIRJAN

*Da Redação Economia 20/08/2024 - 23:46*



*Diretor Corporativo e acionista da Sal Cisne, empresário foi eleito nesta segunda-feira (19) para comandar a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro até 2028*

O empresário Luiz César Caetano foi eleito nesta segunda-feira (19) presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) por quatro anos, até 2028. A posse da nova diretoria será em 14 de outubro. Luiz Caetano, 74 anos, é o atual 1º vice-presidente da Firjan, e atua na indústria fluminense há 50 anos. Desde 2023, é diretor da CNI

(Confederação Nacional da Indústria). (Ver perfil abaixo)

“São 29 anos atuando aqui na Firjan. E o que observo ao longo desses anos é que a instituição se tornou muito mais relevante e os desafios cresceram muito. A federação há muito extrapolou as fronteiras do Rio de Janeiro e é conhecida no país todo. É uma instituição com renome e que é demandada pela credibilidade dos temas que trata e estuda. É uma honra e uma grande responsabilidade manter a federação nesse lugar de relevância para a sociedade e de indutora de inovação para a nossa base industrial”, disse.

Caetano também agradeceu a confiança dos empresários: “Isso é um sinal de que estamos no caminho certo para a construção de um ambiente de negócios mais favorável à indústria fluminense”.

Engenheiro mecânico formado pela UFRJ, Luiz César Caetano é Diretor Corporativo e acionista da Sal Cisne, empresa a qual se dedica há mais de 40 anos. Desde 1997 preside o Sindicato de Refino e Moagem de Sal (Sindisal). Até 2021, ocupou o cargo de presidente do Conselho Regional da Firjan Leste Fluminense.

Na federação, presidiu, entre outros, o Grupo de Trabalho de Política Industrial que construiu o documento Agenda de Propostas Firjan para um Brasil 4.0, com propostas de políticas públicas e que foi entregue ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, e a diversos ministros de estado.

Participou de discussões com o governador Claudio Castro sobre a Reforma Tributária e seus impactos no estado do Rio de Janeiro. Liderou o grupo que desenvolveu o projeto Firjan\_PEQ – Firjan da Pequena Empresa. Na CNI, é também vice-presidente do Conselho Temático de Micro, Pequena e Média Empresa e participa do Grupo de Trabalho de Combate ao Brasil Ilegal, que busca propor soluções para conter crimes que prejudicam a economia.

Luiz César Caetano assumirá a presidência da Firjan e do CIRJ (Centro Industrial do Rio de Janeiro) em 14 de outubro, dia da posse das novas diretorias, eleitas para o quadriênio 2024-2028.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 20/08/2024*

## ANP DISPONIBILIZA BANCO DE DADOS AMBIENTAIS

*Da Redação Offshore 20/08/2024 - 23:36*



A ANP publicou nesta terça-feira (20) a página do Banco de Dados Ambientais (BDA) Netuno, uma parceria entre a Agência e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), por meio de um acordo de cooperação técnica. O acordo visou promover um ambiente favorável para o desenvolvimento de iniciativas públicas e privadas para fortalecer a gestão de dados, informações e estudos ambientais relacionados às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil.

O BDA Netuno tem colaboração da indústria de geofísica, com o objetivo de facilitar o acesso público a dados ambientais com transparência. Esses dados são provenientes do licenciamento ambiental das atividades de pesquisa sísmica marítima no Brasil, realizado pelo Ibama.

O banco centraliza dados de diversos projetos de monitoramento, controle e mitigação requeridos pelo órgão licenciador, permitindo a visualização georreferenciada dos dados e o download de informações relacionadas à biota marinha. A ferramenta continua a evoluir como um banco de dados vivo, resultado de inúmeras reuniões recorrentes entre empresas, Ibama e pela parceria técnica com a Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e a EnerGeo.

***O BDA Netuno está disponível neste link.***

<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/dados-tecnicos/banco-de-dados-ambientais-2013-bda>

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 20/08/2024*

## HAPAG-LLOYD OBTÉM FORTE DESEMPENHO NO PRIMEIRO SEMESTRE

*Da Redação Navegação 20/08/2024 - 23:25*

*Demanda e tarifas de frete se recuperaram no primeiro semestre do ano. Previsão já elevada em julho*



A Hapag-Lloyd concluiu o primeiro semestre de 2024 com um EBITDA do Grupo de US\$ 2 bilhões (EUR 1,8 bilhão). O EBIT do Grupo diminuiu para US\$ 0,9 bilhão (EUR 0,8 bilhão) e o lucro do Grupo para US\$ 0,8 bilhão (EUR 0,7 bilhão). A companhia destaca que tendo em vista as condições de mercado significativamente alteradas após o fim da pandemia de Covid-19, "esses resultados estão bem abaixo do nível do ano anterior, mas também estão acima das expectativas iniciais devido à maior demanda e ao aumento das tarifas spot no segundo trimestre de 2024", avaliou a empresa.

No segmento de transporte marítimo, os volumes aumentaram 5% em comparação com o período do ano anterior, para 6,1 milhões de TEUs (no primeiro semestre de 2023: 5,8 milhões de TEUs). As receitas do segmento caíram 14%, para US\$ 9,3 bilhões (EUR 8,6 bilhões), principalmente devido a uma tarifa média de frete mais baixa de 1.391 US\$/TEU (no primeiro semestre de 2023: 1.761 US\$/TEUs) em comparação com o mesmo período do ano passado. O EBITDA diminuiu para US\$ 1,9 bilhão (EUR 1,8 bilhão). O EBIT caiu para US\$ 0,8 bilhão (EUR 0,8 bilhão).

O segmento de terminais e infraestrutura alcançou um aumento significativo nas vendas e nos lucros no primeiro semestre de 2024, em particular devido às participações acionárias adquiridas no ano anterior. O EBITDA subiu para US\$ 71 milhões (EUR 66 milhões) e o EBIT para US\$ 33 milhões (EUR 31 milhões). "Como o segmento foi fundado no segundo semestre de 2023, os resultados para o primeiro semestre de 2024 são comparáveis aos números do ano anterior apenas de forma limitada", disse a companhia em nota.

"Embora não tenhamos conseguido igualar os resultados excepcionalmente bons do ano anterior, entregamos um primeiro semestre de 2024 muito bom graças à forte demanda e melhores tarifas spot. Adicionamos vários novos navios e contêineres à nossa frota. Isso nos ajudou a atender aos requisitos de capacidade adicionais resultantes da situação de segurança no Mar Vermelho e do redirecionamento de navios ao redor do Cabo da Boa Esperança, mantendo assim as cadeias de suprimentos intactas. Ao mesmo tempo, avançamos mais em nossos esforços para descarbonizar nossa frota, bem como na construção de nosso negócio de terminais sob a marca Hanseatic Global Terminals. No segundo semestre do ano, focaremos cada vez mais no crescimento contínuo e na alta qualidade de nossos serviços", disse Rolf Habben Jansen, CEO da Hapag-Lloyd AG.

Dado que a demanda e as tarifas de frete recentemente superaram as expectativas, o Conselho Executivo elevou sua previsão para o ano financeiro atual em 9 de julho de 2024. Espera-se que o EBITDA do Grupo esteja na faixa de US\$ 3,5 bilhões a 4,6 bilhões (EUR 3,2 a 4,2 bilhões) e o EBIT do Grupo na faixa de US\$ 1,3 bilhões a 2,4 bilhões (EUR 1,2 a 2,2 bilhões). Em vista do desenvolvimento altamente volátil das tarifas de frete e dos grandes desafios geopolíticos, essa previsão permanece sujeita a um alto grau de incerteza.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 20/08/2024*

## FIRJAN APONTA CRESCIMENTO DE 20% NO NÚMERO DE EMPREGOS NO MERCADO NAVAL NACIONAL NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

*Da Redação Indústria naval 20/08/2024 - 23:17*



6ª edição da publicação da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro destaca a retomada do setor a partir das demandas do mercado de óleo e gás

Nos últimos anos, o mercado naval brasileiro apresenta crescimento tanto no país quanto no Rio de Janeiro. Levantamento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), com base nos CNAES relacionados ao

mercado naval, aponta um crescimento nos postos de trabalho de 30% no estado do Rio e 20% no país no período 2019-2023. Este cenário também se reflete nos primeiros cinco meses deste ano, com uma alta de 4,8% no Rio de Janeiro e 4,2% no Brasil em relação a 2023. Em todo o país foram mapeados 178 mil empregos no período.

Os dados integram a 6ª edição do Panorama Naval no Rio, publicação bianual da Firjan SENAI SESI lançada nesta terça-feira (20).

Com participação na publicação e apoio institucional, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) enfatiza que nos primeiros 18 meses do atual governo foram priorizados R\$ 25,71 bilhões em projetos. Áreas já tradicionais, como as de petróleo e navegação interior, bem como novos mercados como eólicas offshore e desmantelamento e reciclagem de plataformas e embarcações, são consideradas essenciais para aquecer as demandas dos estaleiros nacionais, segundo o MPOR.

A publicação reforça a importância de qualificar as discussões sobre as diferentes questões e áreas de atuação que abrangem este mercado, trazendo a visão e as perspectivas de instituições e empresas que contribuem de forma significativa para o sucesso da indústria naval e offshore do país.

### Indústria naval fluminense

A indústria fluminense possui diversos diferenciais competitivos na área naval. Berço da indústria naval brasileira e maior parque fabril neste mercado, o estado do Rio possui cerca de 50% dos estaleiros de grande porte do país e uma indústria capaz de atender diferentes graus de complexidade tecnológicas demandados pelo setor.

“O posicionamento estratégico do estado, próximo aos maiores campos produtores de óleo e gás e dos maiores centros industriais do país, incluindo o fornecimento de aço, é outro fator de destaque para nossa indústria naval fluminense”, destaca a gerente-geral de Petróleo, Gás, Energias e Naval da Firjan, Karine Fragoso.

Tema de grande interesse e com potencial de gerar grandes demandas para a indústria nos próximos anos, o descomissionamento dos campos de petróleo e gás também fez parte do conteúdo da edição 2024. O empreendimento do Porto do Açu apresenta como tem se preparado para encarar os desafios deste mercado e seus diferenciais competitivos.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 20/08/2024*

## 18ª EDIÇÃO DA NAVALSHORE REÚNE LÍDERES DO SETOR PARA DISCUTIR O FUTURO DA INDÚSTRIA NAVAL

*Por Lorena Parrilha Teixeira Especial Navalshore 20/08/2024 - 23:00*



A Navalshore trouxe como destaque, na abertura do primeiro dia da feira, a retomada do mercado naval e o papel crucial da indústria naval para a economia do país. Na cerimônia de abertura, Dino Antunes Dias Batista, secretário nacional de hidrovias e navegação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), enfatizou o momento especial de recuperação do setor, destacando o aumento nas encomendas de novos navios e a importância das políticas públicas para fomentar a indústria naval.

Sérgio Bacci, presidente da Transpetro, por sua vez, ressaltou a volta da Petrobras às atividades de construção naval, com o objetivo de gerar valor e segurança operacional.

“Para nós da Transpetro é essencial contribuir para os debates dessa área, ainda mais esse ano que retomamos os investimentos na aquisição de novas embarcações. Em julho, lançamos o TP25, nosso programa de renovação e ampliação da frota”, destacou. Bacci também destacou que a

Transpetro vai disponibilizar uma infraestrutura de apoio às trabalhadoras lactantes durante todo o evento e que isso é iniciativa de diversidade e inclusão da empresa.

Lilian Schaefer, vice-presidente executiva da Executiva da Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo (Abeam), abordou a crise enfrentada pela navegação de apoio marítimo, mencionando a redução drástica na operação devido à crise do petróleo em anos recentes, mas apontando que o setor está se recuperando. Já Luiz César Caetano, presidente da Firjan, apresentou o panorama naval do Rio de Janeiro, que revelou um aumento significativo de empregos e renda na região.

“Reaquecer a atividade de nossa indústria naval, usando como base o pico da atividade histórica, significaria a recuperação de pelo menos 14 mil empregos diretos. Adicionando 31 mil empregos de impacto indireto, seriam mais 45 mil novos postos de trabalho em nosso estado. Mais empregos, mais renda e mais postos, o Rio de Janeiro é o epicentro da indústria no país”, afirmou Luiz César Caetano.

O superintendente executivo Caixa Econômica Federal, Daniel Bonavita, ressaltou a responsabilidade do sistema financeiro na indústria. De acordo com ele, o setor contribui para o avanço tecnológico do Brasil, para a soberania nacional, para o transporte de pessoas e de mercadorias e que o banco está comprometido para buscar e oportunizar o desenvolvimento da indústria no Brasil.

Também participaram da mesa Marcos Godoy Perez, diretor da Navalshore; o diretor-geral de Navegação da Marinha do Brasil, almirante de Esquadra Sílvio Luís dos Santos; Wilson Pereira de Lima Filho, diretor da Antaq; Luis Fernando Resano, vice-presidente da Abac; e Ariovaldo Rocha, presidente do Sinaval.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 20/08/2024*

## MPOR CONFIRMA REUNIÃO DO CDFMM PARA SEXTA-FEIRA (23)

*Por Danilo Oliveira Indústria naval 20/08/2024 - 21:27*



### Arquivo/Divulgação

Reunião, que havia sido adiada, vai apreciar prioridades que somam R\$ 2 bilhões e inclui projetos de construção e reparos. Um dos destaques será projeto de P&D para conversão de motores

O Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor) confirmou, para a próxima sexta-feira (23), a realização da 56ª reunião ordinária do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, que estava prevista inicialmente para na última quinta-feira (15). O CDFMM deve apreciar um total de R\$ 1,5 bilhão em prioridades de financiamento para projetos de construção e outros R\$ 500 milhões para manutenção, docagem e reparos.

O secretário nacional de hidrovias e navegação (SNHN/MPor), Dino Antunes Batista, destacou que haverá a análise de prioridade para um projeto de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para conversão de motores para combustíveis de matriz limpa e renovável. Também está prevista a apreciação de um projeto de infraestrutura portuária na região Nordeste.

Na última semana, o MPor, gestor do fundo setorial, havia informado que o adiamento teve por objetivo aguardar a assinatura de uma portaria de priorização do Fundo da Marinha Mercante (FMM), que permitirá a inclusão de projetos portuários.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 20/08/2024*

### TRANSPETRO PRETENDE LANÇAR NOVO EDITAL DO TP25 EM DEZEMBRO

Por Danilo Oliveira Indústria naval 20/08/2024 - 21:13



#### Divulgação Transpetro

*Segunda concorrência do programa deve focar na encomenda de navios gaseiros*

O presidente da Transpetro, Sergio Bacci, disse, nesta terça-feira (20), que a empresa pretende lançar até 20 de dezembro uma nova licitação ligada ao programa de renovação e ampliação da frota da companhia (TP 25). A expectativa é que esse segundo edital tenha como objetivo a construção de novos gaseiros para a frota da empresa.

Bacci ressaltou que a Transpetro tem intenção de lançar os editais do TP 25 a cada seis meses, com o terceiro no primeiro semestre de 2025. O primeiro, lançado em julho, prevê a contratação de quatro navios classe Handy, com capacidade entre 15 mil e 18 mil toneladas de porte bruto (TPB).

O presidente da Transpetro contou que a expectativa é que as propostas sejam apresentadas dia 6 de outubro e que o vencedor deste primeiro processo seja conhecido ainda em 2024. Caso haja alguma demanda dos participantes por mais prazo, há possibilidade de extensão em alguns dias. Segundo Bacci, não comprometeria o cronograma porque existe uma pequena margem.

O tempo dos ritos de análise das propostas da licitação dos Handy deve durar até 60 dias. "Espero que consigamos ter esse resultado até o final do ano porque aí casará o resultado da licitação com lançamento do próximo edital", disse Bacci em entrevista com jornalistas, após a abertura do primeiro dia da 18ª Navalshore, no Rio de Janeiro.

Para Bacci, seria interessante um grande número de propostas porque indicaria vontade dos estaleiros de construir navios no Brasil. "Se tiver 4, 5 ou 6 estaleiros brasileiros apresentando propostas, será uma demonstração de apetite e que os estaleiros estão empenhados em construir navios no Brasil. Com esse apetite, é possível ampliar as demandas. A Petrobras vem fazendo isso com barcos de apoio, à medida em que houver apetite, isso mostra que temos condição de por encomendas na praça e ser atendidos", analisou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 20/08/2024



### MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)

Este conteúdo também está disponível na [www.mercoshipping.com](http://www.mercoshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Fonte : InforMS

Data: 21/08/2024